

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

MARIA SILVINHA CARARO MARTINS

**A PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA:
UMA PROPOSTA DOS HIGIENISTAS.**

**MARINGÁ
2005**

MARIA SILVINHA CARARO MARTINS

**A PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA:
UMA PROPOSTA DOS HIGIENISTAS.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Boarini.

**MARINGÁ
2005**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Boarini
Presidente da Banca - Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Guaraciaba Aparecida Tullio
Membro do Corpo Docente (UEM – PPE)

Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes Nalli
Membro Convidado (UEL – Londrina – PR)

AO NOSSO FILHO MORENA

*Se hoje a tua mão não tem manga ou goiaba
Se a nossa pelada se foi com o dia
Te peço desculpas , me abraça meu filho
Perdoa essa minha melancolia*

*Se hoje você não estranha a crueza
Dos lagos sem peixes, das ruas vazias
Te olho sem jeito, me abraça meu filho
Não sei se tentei tanto quanto podia*

*Se hoje teus olhos vislumbram com medo
Você já não vê e eu juro que havia
Te afago o cabelo, me abraça meu filho
Perdoa essa minha agonia*

*Se deixo você no absurdo planeta
Sem pique-bandeira e pelada vadia
Fujo do teu medo, me abraça meu filho
Não sei eu tentei mas você merecia.*

(Oswaldo Montenegro)

Às pessoas do passado e do presente que
através de sua vida e suas palavras

tentaram humanizar um pouco mais este mundo.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui consignados sinceros agradecimentos a todos que comigo fizeram a caminhada a cujo fim me alegro em estar chegado, especialmente:

- à professora Maria Lúcia Boarini, que acreditou e me conduziu, em seu modo sempre sereno, sempre seguro.
- à minha família nuclear Celso e Mariana, que reconhece meu esforço e incentiva com afeto.
- a Marlene e à Júlia, por me substituírem como mãe, esse meu outro lugar de realização.

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	09
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
CAPÍTULO I – A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA	15
1.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FAMÍLIA	15
1.1.1 A família reconhecida pelo projeto	17
1.1.2 A educação redentora dos males sociais	19
1.1.3 “Amigos da escola”	21
1.2 A TRANSFORMAÇÃO DA FAMÍLIA RUMO À MODERNIDADE	31
1.2.1 A construção do sentimento de família	31
1.2.2 Formas de organização da família	36
1.3 A FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	40
CAPÍTULO II – ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.	45
2.1 AS LEIS E OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	47
CAPÍTULO III – O MOVIMENTO HIGIENISTA	58
3.1 O HIGIENISMO LEGITIMA AS CIÊNCIAS	58
CAPÍTULO IV – O CAMINHO CONSTRUÍDO	67
4.1 TRAJETO DE NOSSA PESQUISA	67
4.2 OS “ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL”	69

CAPÍTULO V – AS PRÁTICAS HIGIENISTAS	72
5.1 AS AÇÕES HIGIENISTAS	72
5.2 A SAÚDE ATRAVÉS DA HIGIENE ESCOLAR	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	101

RESUMO

Esta pesquisa se insere nas investigações que vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas sobre Higienismo e Eugenismo (GEPHE) vinculado ao programa de pós-graduação ao nível de mestrado, da Universidade Estadual de Maringá, sob o tema “A educação e os pressupostos do Higienismo e da Eugenia”.

O objetivo deste estudo é compreender e analisar as propostas para aproximar a família da escola apresentadas pela Liga Brasileira de Hygiene Mental, nas décadas de 1920 a 1940, no Brasil. Nele se evidenciam os meios e as formas como se deram as ações de intervenção na família e na escola, considerando-se os movimentos sociais e as descobertas científicas ocorridos nessa época, que favoreceram novas elaborações na forma de pensar e constituir o mundo. Vale lembrar que os avanços médico-científicos desses momentos demonstraram à humanidade que as doenças orgânicas eram causadas por microorganismos vivos, que se reproduziam em ambientes e corpos sem higienização, por isso criar hábitos de higiene na população era tarefa urgente. Em articulação com o desenvolvimento científico, uma nova ordem econômica se estabelecia num meio crescentemente citadino, o qual exigia uma nova forma de conduta da população urbanizada, que, por carência de estruturas sanitárias e por condições econômicas ínfimas, vivia em ambientes onde se originavam e proliferavam doenças. Este contexto científico e econômico legitimou as ações dos médicos higienistas, considerados, na época, os detentores dos conhecimentos biológicos que elaboraram ações para possibilitar mudanças no comportamento da população. Limitando nossa atenção à educação higiênica, buscamos compreender como estas intervenções higienistas foram conduzidas pela escola às famílias e à comunidade naquele momento.

Por assim ser propomos uma análise histórica dos projetos propostos pelos higienistas no que se refere às ações a serem desenvolvidas com as famílias e os alunos. Consideramos também que tais ações fazem parte da história social construída de forma não linear, mas entre contradições. Destarte partimos das análises dos projetos contemporâneos “Dia Nacional dos Pais na Escola” e “Amigos

da Escola”, os quais buscam aproximar a família da escola, com propostas para a participação dos pais na vida e na realidade escolar.

Para finalizar, confrontamos os encaminhamentos propostos pelos higienistas com os projetos de atualidade, à luz dos acontecimentos histórico-sociais de uma sociedade que vive sob a égide do sistema capitalista.

Concluimos que, apesar das transformações ocorridas quer na família quer na instituição escolar, a busca de solução para a crise da sociedade continua sendo atribuída ao indivíduo em particular, e neste caso, a família é este indivíduo, e vai ser chamada para assumir responsabilidades que eram de atribuição do Estado.

ABSTRACT

This research infers in the investigations that have been developed by the Group of Researches on Hygienism and Eugenics (GEPHE) linked to the masters degree program at the master's degree level, of the State University of Maringá, and it has been submitted to the theme " the education and the presuppositions of Hygienism and of the Eugenics ".

The principal goal of this study is to understand and to analyze the proposals to approximate family and school together. They are presented by the Brazilian League of Mental Hygiene, in the decades from 1920 to 1940, in Brazil. In this research has shown the ways and actions which they interfered in the family and in the school. This study also has being considered the social movements and the scientific discoveries happened in that time, and it helped to elaborate new ways of thinking and of the constitution the of world. There is still an important reminder of progresses of those moments, and they were demonstrated the humanity that the organic diseases were caused by alive microorganisms, reproduced in atmospheres and bodies without clean. For this reason, It was necessary to create hygiene habits in the population was urgent task. In articulation with the scientific development, a new economical order could be established in town planner, where it demanded a new form of conduct of the urbanized population. And for lack of sanitary structures and for tiny economical conditions, the urbanized population lived in atmospheres where arose and diseases proliferated. This scientific and economical context legitimated the actions of the doctor hygienists considered, at that time, the holders of the biological knowledges. So they elaborated actions to make possible changes in the behavior of the urbanized population. We can limit our attention to the hygienic education, we looked for to understand as these interventions hygienistscs were driven by the school to the families and to the community on that moment.

Thereby, we propose a historical analysis of the projects proposed by the hygienistics actions to be developed with the families and the students. We can also considered that these actions are part of the built social history in way no lineal. But

the same time this kind of history has been contradictory. Then we can analyse of the contemporary projects " National Day of the Parents in the School " and " Friends of the School ", and Te projects look for to approximate the family of the school, and they propose for the parents' participation in the life and in the school reality.

We can confront the directions proposed by the hygienists with the current time projects, and they are involved in the historical-social events of a society that lives under the leadership of the capitalist system.

Therefore, in spite of the happened transformations in the family group or in the school institution, the solution search for the crisis of the society continues being attributed to the individual. In this case, the family is this individual particularly, and this familiar group will be called to assume responsibilities which were attributed to Federal Government.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo tem por objetivo investigar as propostas para aproximar a família da escola apresentadas pela Liga Brasileira de Hygiene Mental - LBHM, nas décadas de 1920 a 1940 no Brasil.

Partiremos do princípio de que a ação humana é construída social e historicamente, visto que o homem se constrói incorporando experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos por outras gerações. Neste processo, ele se humaniza à medida que, ao se relacionar com o outro, desenvolve o seu potencial de entendimento, alterando também o potencial de quem se relaciona com ele. Desta forma o processo de humanização promove a interdependência de outros seres humanos, tanto para a produção de bens como para produzir conhecimentos, valores e costumes.

Partilhamos da idéia de que o sustentáculo de todas as relações humanas é o trabalho, que determina e condiciona a vida. O trabalho, desta perspectiva, é uma atividade intencional, envolvendo formas de organização, com o objetivo de produzir os bens necessários à vida humana.

Assim, sob a perspectiva histórica, entendemos que são as bases produtivas de uma sociedade que irão determinar as suas formas políticas e jurídicas, bem como todo o conjunto de idéias existentes em uma sociedade, como sustenta Marx (1998, p. 24):

(...) a produção de idéias, de representação e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real (...) Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.

Destarte, investigar as ações higienistas, que interferiram na família e na escola através da Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM)¹ nas quatro primeiras

¹ Utilizaremos a sigla LBHM em todo o trabalho para nos referir a Liga Brasileira de Hygiene Mental.

décadas do século XX é buscar o passado para entender o presente, sobretudo quando observamos que na atualidade são propostos projetos no campo educacional escolar, para uma interação entre a família e a escola, dirigindo ações para a aproximação dessas duas instâncias.

Desta forma, as propostas higienistas, como uma expressão social, podem nos ajudar a compreender, além do pensamento higienista e dos problemas históricos sociais daquela época, também as propostas de interferência na escola e na família apresentadas na contemporaneidade.

Para tanto, a recuperação dos ideais e das propostas da LBHM será realizada por meio da investigação da literatura da época e, principalmente, através da publicação editada pela LBHM, os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental (ABHM)*² e também dos anais de congressos e conferências que tiveram a participação do grupo de higienistas, pois, “*o resgate do pretérito enquanto cenário de construção do conhecimento científico e suas interfaces ideológicas é, sem dúvida, um dos compromissos do pesquisador*” (GEPHE, 2005).

Decorrido quase um século desde o início das propostas médico-pedagógicas dos higienistas encontramos os projetos “Dia Nacional da Família na Escola”, proposto pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, nos anos de 2001, 2002; e o programa “Amigos da Escola”, proposto pela Rede Globo de Televisão. Esses projetos, apesar de apresentarem objetivos diferentes dos do projeto higienista, utilizam os mesmos caminhos, ou seja, a parceria entre a escola e a família, para alcançar seus objetivos.

Esses dois projetos atuais trazem como proposta realizar uma integração dos pais com a escola, desconsiderando o contexto social econômico, que vem promovendo no transcorrer do tempo significativas mudanças de valores na redefinição de papéis dos membros das famílias, ao apresentar novas configurações na organização familiar.

Compreendemos, não obstante, que os fatos históricos estudados não devem ser transpostos mecanicamente de uma época para outra, mas sim, com entendimento de sua complexa dinâmica, onde encontramos avanços e retrocessos que ampliarão nossa visão global do seu conjunto.

² A sigla ABHM será utilizada para nos referirmos aos “Archivos Brasileiros de Hygiene Mental”.

Assim, essas formas de interferência na escola e na família, propostas por empresas privadas e pelo governo, instigam-nos a questionamentos. Qual a intenção das propostas de aproximação entre a família e a escola, atualmente? Até que ponto a interferência na escola e na família, efetuada na contemporaneidade, estaria repetindo um procedimento que os higienistas já apresentaram no início do século? A família chamada para vir à escola, atualmente, consegue atender a esse chamado?

São estas questões que nos estimulam a estudar esta temática, que é desenvolvida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, realizamos o levantamento sobre as propostas atuais, dirigidas à família e à escola, apresentadas nos projetos “Dia Nacional da Família na escola” e “Amigos da escola”, focalizando o discurso desenvolvido pelos idealizadores destes projetos quando chamam a família para participar da educação escolar, observando a forma como tais projetos vêm a configuração da família atual. Para melhor entendimento da formatação histórica da organização familiar, recorreremos aos estudos de Philippe Ariès (1981) e Friedrich Engels (2002) e a alguns dados de levantamentos estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), que nos ampliam a visão para melhor pensar e compreender o grupo família, que não se mantém estático, mas é transformado no âmbito do desenvolvimento da sociedade.

Para entender as formas de relacionamento social, no segundo capítulo localizaremos o contexto econômico-social do Brasil no início do século XX, destacando, também, algumas formas de pensar a educação que o movimento renovador da educação trazia para o campo educacional, contribuindo para divulgação do ideário higienista.

No terceiro capítulo deste trabalho demonstraremos como o avanço científico deu abertura para os médicos e educadores pensarem e executarem ações voltadas para a saúde e higiene dos indivíduos e nesta mesma ação legitimarem as ciências como meio para se resolverem questões sociais apresentadas pela sociedade da época.

O nosso percurso metodológico, o caminho que os higienistas percorreram para desenvolver os seus projetos e intentos, bem como a apresentação dos históricos da Liga Brasileira de Higiene Mental, serão desenvolvidos no quarto capítulo.

No quinto capítulo faremos as apresentações de como foram desenvolvidas as práticas higienistas, que orientavam a escola para interferir no âmbito familiar, bem como das formas de atuação utilizadas pela escola no desenvolvimento dessa relação, a qual direcionava costumes e hábitos higiênicos da sociedade presentes até os dias atuais.

Para finalizar, teceremos algumas considerações que apontam para o retorno a família na busca de soluções de problemas que ela, isolada, não tem possibilidades de resolver.

CAPÍTULO I - A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

A participação de mães, pais e outros familiares é muito importante num projeto de abertura da escola. Quando eles participam, o desempenho escolar dos filhos e filhas melhora visivelmente.

(CENPEC, 1999, p.15).

1.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FAMÍLIA

Atualmente temos no Brasil, no campo escolar, uma proposta de integração entre família e escola apresentada pelo Governo Federal, que, através do Ministério da Educação, apresenta um projeto sugerindo às escolas a busca da participação dos pais, com vista à melhoria da escola pública, desde a educação infantil até o ensino médio. Estamos nos referindo ao “Dia Nacional da Família na Escola”, cujo objetivo é incentivar e intensificar a relação entre a família e a escola.

Desta forma, o Ministério da Educação (MEC) propôs e desenvolveu o “Dia Nacional da Família na escola” no espaço dos anos de 2001 e 2002, tendo término no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse dia, as escolas do ensino fundamental e médio, em nível nacional, programaram-se para receber os pais de alunos, com reuniões nas suas respectivas comunidades escolares. Em referência a isso disse então ministro Paulo Renato de Souza, através de teleconferência:

Na perspectiva de realizar a integração entre família e escola, propomos que a cada semestre, os pais sejam chamados pela escola, para participar de um encontro. A cada escola cabe estabelecer sua programação especial para receber os pais (BRASIL, 2001).

As escolas da rede pública que aderiram a essa proposta do MEC passaram a inserir nos calendários escolares anuais as semanas programadas para a presença da família na escola. Desta forma, no decorrer do ano letivo, efetivavam o convite para que a família se fizesse presente na escola. Na ocasião, o MEC, em nível nacional, fazia um chamamento, por intermédio de diversos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, etc.), para que os pais se fizessem presentes nas escolas de seus filhos, onde conversariam com os professores e a equipe pedagógica.

No lançamento do programa, que ocorreu no dia 24 de abril de 2001, foi realizada uma teleconferência, através da TV Educativa, a qual, dentre outras autoridades, contou com a presença do então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Nessa teleconferência, foram mostradas matérias de experiências positivas das parcerias escola-família em algumas partes do país, e também como acontecera o lançamento do programa “Dia Nacional da família na Escola” em alguns Estados brasileiros.

No rádio e televisão a mensagem publicitária trouxe um *jingle*, com vozes infantis, apresentando o refrão: “*Quero você na escola, com meu professor, me ajudando a aprender. Quero você na escola, com meu professor me ensinando a viver*”. A idéia exposta era que a escola precisava de ajuda no ensino e aprendizagem dos alunos, e por esta razão, os pais eram chamados para ajudá-la. No ano de 2002, as famílias das crianças de 1ª a 4ª série receberam cartilhas com orientação de como se programar para participar das aprendizagens escolares dos filhos.

Aproximadamente 20 milhões de cartilhas, foram distribuídas em todo o território nacional, nas escolas do Ensino Fundamental, do primeiro segmento, com o objetivo de orientar os pais a incentivar o aprendizado dos filhos por meio de atividades do cotidiano (BARRETO, 2003).

Não há como discordar da importância da participação e a atuação da família na vida escolar de seus filhos. É a família que dentre tantas outras funções tem o direito e o dever de cobrar do Estado a garantia de qualidade na educação escolar. Mas apesar de que o convite às famílias para participarem do processo de aprendizagem escolar dos filhos tenha sido conduzido como sinônimo de participação democrática, se observado com mais cuidado pode revelar a possível intenção de transferir para a família a total responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar de seus filhos. Sob esta perspectiva, este programa educacional se sustenta na política social cujo objetivo é assegurar a situação de Estado mínimo, com a individualização dos problemas ou questões sociais.

Este Estado mínimo vai delegar as responsabilidades para a comunidade e, no processo, abandonar espaços de atividade pública social, assumindo a condição de Estado forte na organização econômica, através de mecanismos institucionais, e de Estado mínimo nas questões sociais. Esta posição tomada pela política neoliberal sustenta-se na teoria de que é o “estado de bem-estar social” que gera a crise, portanto a lógica se faz pela retomada dos mecanismos do mercado, seguindo a tese apresentada por Hayek (1977), de que as políticas sociais conduzem a escravidão e a liberdade de mercado à prosperidade. É neste contexto de liberdade de mercado e de minimização das políticas públicas que a família e a comunidade como um todo vão ser solicitadas para participar da escola. Seguindo a orientação do Banco Mundial, o Estado deve passar por uma redefinição de suas funções, superando o momento em que ele se concentra na correção das falhas do mercado. Nesta meta de redefinições, o Estado deve buscar a participação da comunidade. Entre as orientações para esta nova forma de governo, encontramos a seguinte observação:

Levar as sociedades a aceitar uma redefinição das responsabilidades do Estado é apenas uma parte da solução. Esta há de incluir uma seleção estratégica das ações coletivas que os Estados procurarão promover, juntamente com maiores esforços para reduzir a carga imposta ao Estado, fazendo com que os cidadãos e as comunidades participem da prestação dos bens coletivos essenciais (BANCO MUNDIAL, 1997).

A educação escolar, sendo um desses bens essenciais para a coletividade, vai estar inserida nessa concepção de redefinição de responsabilidades entre o Estado e a comunidade. O programa “Dia Nacional da Família na Escola” é a confirmação disso, visto que solicita a participação dos pais na educação escolar de seus filhos.

1.1.1 A família reconhecida pelo projeto

Na cartilha “*Educar é uma tarefa de todos nós*” (BRASIL, 2001?), parte integrante do material pertencente ao projeto “Dia Nacional da Família na Escola”, distribuído no ano de 2002, encontramos o modelo de família que este projeto pressupõe. Na capa da referida cartilha temos um desenho em que, representando a família, está a imagem de um pai e uma mãe com um casal de filhos se encaminhando para a escola. Nessa representação de família transparece a idéia de que se trata de uma *família nuclear*³, harmoniosa, onde a participação efetiva do pai e da mãe que conduzem o filho deixa-nos uma visão ideológica de sociedade, ocultando a transformação na organização das famílias ao longo dos séculos e desconsiderando a configuração da família na sociedade contemporânea, bem como suas possibilidades para atender a este projeto. A referida cartilha apresenta sugestões de atividades que os pais possam desenvolver em casa com seus filhos, despertando-lhes a curiosidade e aumentando-lhes o prazer em aprender. Observamos, no entanto, que as atividades sugeridas encontram-se restritas a áreas de conhecimento como Língua Portuguesa e Matemática. Essa cartilha também aponta, por tópicos, o que cada criança deve ter aprendido ao final de cada ciclo de escolaridade, para que os pais possam acompanhar o desenvolvimento escolar dessas crianças de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

A título de exemplo, segue o conteúdo da 2ª série, apresentado na cartilha “*Educar é uma tarefa de todos nós*” (BRASIL, 2001, p. 4):

Ao final da 2ª série, as crianças já devem ter aprendido:

³ Segundo Cambi (1999, p. 2005), família nuclear é a família constituída por um único núcleo parental (pai-mãe-filhos), na qual os vínculos afetivos se colocam cada vez mais ao centro, atribuindo aos filhos papéis chave na vida da família.

- que ler e escrever são muito importantes para resolver coisas do dia-a-dia, por exemplo: aprender um jogo, fazer uma receita, estudar, informar-se, ler para se divertir;
- a ler e entender alguns textos simples, como cartas, bilhetes, listas, receitas, cartazes, histórias conhecidas, poesias, manchetes ou notinhas de jornais, legendas de revistas, entre outros;
- a escrever corretamente diferentes tipos de textos, como cartas, bilhetes, listas, receitas, recados, histórias curtas, poesias et;
- a escrever corretamente as palavras que elas mais usam;
- a falar comunicar-se adequadamente em diferentes situações, quando conversam, contam coisas que aconteceram ou que aprenderam.

Como afirma o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza (BRASIL, 2001, p. 3), *“nossa idéia é de que os pais, as mães e os responsáveis **discutam** o conteúdo deste guia na escola, conversem com os professores e acompanhem o desenvolvimento de suas crianças mais de perto e de forma mais atuante”*.(grifo nosso)

É coerente a família atuar na educação do filho a medida em que pode se dedicar a observar o desenvolvimento e envolvimento deste nos trabalhos escolares acompanhando seu desempenho estimulando e cobrando visto que no processo de interação social, seja nas aprendizagens formais, seja nas escolares ou informais, há outras dimensões que favorecem o desenvolvimento do conhecimento. Desta forma, não é possível conceber a aprendizagem à margem de um processo de interação que busque articular as diferentes dimensões do sujeito, como: dimensão cognitivo-intelectual, dimensão sociocultural e relacional, dimensão afetivo-psicológica, dimensão orgânica. Cumpre considerar que as experiências do sujeito, com referência aos diversos aspectos apontados, imprimem significação única e específica ao seu processo de desenvolvimento como um todo, e não apenas às suas aprendizagens escolares (GROSSI e BORDINI, 1993), sem compartimentalizar o sujeito. É importante que a escola tenha uma aproximação com a família, porém, sem que esta assuma o papel da escola, sem ter que ensinar ou vigiar as ações pedagógicas escolares; mas que ambos compartilhem as expectativas em relação ao sucesso dos alunos, que também aprendam a absorver os insucessos e estimulem o sucesso desses alunos. Sob esta perspectiva, pedir aos pais para acompanhar as especificidades da educação escolar é, em nosso entender, negar a educação escolar formal e o papel da escola na sociedade moderna.

Nestas condições, pedir que os pais acompanhem as especificidades da educação escolar é, em nosso entender, negar a educação escolar formal e o papel da escola na sociedade moderna.

1.1.2 A educação redentora dos males sociais

Uma das justificativas para estimular a aproximação dos pais com a escola é a crença na educação como possibilidade de enfrentar a situação de desemprego e pobreza existente nas sociedades que vivem sob a égide do sistema capitalista. Segundo IBGE (BRASIL, 2005), no último mês de 2004 a taxa de desocupação (desemprego) ficou 0,8 ponto percentual acima da de dezembro de 2003. Estimou-se que neste período 2,4 milhões de pessoas buscavam trabalho nas seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Empregos. Dentre os desocupados, 25,9% eram pessoas que tinham responsabilidades familiares. Os números de pobreza no Brasil, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostram 56,9 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e 24,7 milhões abaixo da linha de indigência.

Outra realidade demonstrada é que o grau de escolaridade de 39,0% dos desocupados em janeiro de 2003 era de pelo menos segundo grau completo, percentual que em Janeiro de 2004 já subia para 42,2%.

Não obstante, o modelo de economia adotado na atualidade discursa sobre o valor da educação, como elemento para o alcance de desenvolvimento com equidade, conforme afirma Herrera (2000, p. 48): *“(...)com a educação, homens e mulheres têm possibilidade de possuir e desfrutar de uma vida mais completa e alcançar melhores alternativas profissionais de informação e lazer e mais oportunidades de crescimento”*.

Essa forma de ver o acesso à educação escolar respalda a idéia de que é necessário investir em educação como capital cultural⁴, sendo que essa educação será a propulsora do desenvolvimento desse capital, ampliando a possibilidade de produzir riquezas e diminuir as diferenças sociais. Assim, os projetos que buscam a

⁴ Capital cultural - teoria que assumiu relevo a partir da década de 1960, com Theodor Schultz. A teoria centra sua atenção no poder explicativo das variáveis de escolaridade e experiência no trabalho, como forma de determinar os níveis de rendimentos individuais. Cf. SCHULTZ, 1962.

aproximação entre família e escola, no final de século XX, são, segundo Nogueira (2001), uma tendência que tem se manifestado também em países como a França, a Suíça e os Estados Unidos, onde esta prática é bem aceita pelos pais.

Na Suíça, 50% dos pais, concordam em realizar pequenos cursos para participar da vida escolar de seus filhos. Na França, em 1998, o governo encoraja os pais a participarem da semana dos pais na escola. Nos Estados Unidos, o dever de casa é interativo, onde em uma tarefa doméstica, como, por exemplo, cozinhar junto com o filho, torna-se um momento de ensino e aprendizagem dos conteúdos básicos das ciências (NOGUEIRA, 2001).

Não é possível negar o valor da educação escolar na formação do indivíduo, que por sua vez, também participa no delineamento dos rumos da sociedade na qual está inserido. Todavia, considerar a educação escolar como solução de problemas conjunturais de caráter econômico-político é no mínimo travestir de caráter ideológico as razões que propiciam as causas de tais problemas.

Buscar a solução para as mazelas e desigualdades sociais na escola, sobretudo através da aproximação desta com a família do aluno, não é novidade de nossos dias. Fazendo uma retrospectiva das primeiras décadas do século XX, temos o registro deste empenho para aproximar a escola da família como uma tentativa de solucionar os graves problemas de saúde existentes nesse período, por conta da falta de saneamento básico e problemas do gênero. Maiores detalhes desta retrospectiva, temática principal deste estudo serão apresentados no capítulo V desta dissertação.

1.1.3 “Amigos da escola”

Com fundamento no discurso sobre uma suposta “crise na educação”, segundo o qual a escola não corresponde com qualidade aos serviços prestados à sociedade, encontramos também atualmente, no âmbito escolar, o projeto “Amigos da Escola”. Esse projeto é de iniciativa da empresa de comunicação Rede Globo de Televisão, que elegeu a “Educação” como tema para o seu projeto “Brasil 500 anos”. Lançado em agosto de 1999, o projeto “Amigos da Escola” procura incentivar a participação da comunidade nas escolas da rede pública do ensino fundamental. Recebeu apoio do Governo Federal, através de parceria com um programa

governamental existente na época, o “Comunidade solidária”,⁵ e ainda conta com o apoio de empresas privadas - como o Banco Itaú e a Indústria Parmalat - e de empresas estatais como a Telemar e Petrobrás, e ainda do governo da Bahia. Segundo esse projeto (CENPEC, 1999, P. 6),

Organizações, universidades, empresas e outros parceiros podem contribuir com a escola de diferentes maneiras: suprindo ou complementando necessidades por meio de apoio financeiro, ampliando e enriquecendo o trabalho escolar com atividades culturais, esportivas e profissionalizantes, oferecendo espaços, produtos e o trabalho de profissionais e somando forças na luta pela escola pública de qualidade para todos.

O projeto da Rede Globo de Televisão “Amigos da Escola”, se desenvolve paralelo ao projeto proposto pelo Governo Federal “Dia Nacional da Família na Escola”, porém oferece uma forma de participação mais abrangente, propondo que não somente a família do aluno participe no âmbito escolar, como pretende o Governo Federal em seu projeto, mas também que a comunidade em geral contribua para a melhoria da escola.

Esses projetos deixam transparecer o modo de pensar da teoria econômica neoliberal, a qual acredita que os empresários de sucesso no mercado sabem como se deve conduzir a educação para superação da “crise na educação escolar”. Portanto, a lógica do mercado adentra o âmbito escolar com modelos empresariais, passando a lei de mercado e do trabalho para a produção a ser a referência para a área educacional. É neste sentido que orienta o Consenso de Washington⁶ realizado em 1989, propondo que a educação deve ser gerida tal como o sistema de mercado, pois

O sistema educacional deve converter-se, ele mesmo, num mercado. Assim, devem ser consultados aqueles que melhor entendem do mercado,

⁵ Comunidade solidária - órgão que reúne a sociedade civil e o governo, criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995. Naquele momento, era composto por 32 membros: quatro ministros e 28 representantes da sociedade civil, provenientes do setor privado (ONGs), de universidade, da Igreja, e da área cultural, sendo presidido pela primeira dama do País, Ruth Cardoso.

⁶ Em novembro de 1989, reuniram-se em Washington, nos EUA, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros, FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O encontro convocado pelo Institute for International Economics, tinha o título de “Latin American Adjustment: How Much has Happened?”, tendo por objetivo proceder uma avaliação das reformas econômicas empenhadas nos países da região. Nesta avaliação ratificou-se, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. Para saber mais, ver em BATISTA, 2001.

para nos ajudarem a sair da improdutividade e da ineficiência que caracteriza as práticas escolares e que regulam a lógica cotidiana das instituições educacionais, em todos os níveis (GENTILI, 1998, p. 25).

Esta posição recebe a crítica de Gentili (1998, p. 35), que considera aspectos educacionais mais abrangentes, pois se a educação oferecida na escola pública está em crise “... *não se trata apenas de um problema de qualidade pedagógica, ainda que também o seja. Trata-se apenas de um problema político e ético*”. Seguindo a lógica do mercado, nossas escolas serão piores, porque serão mais excludentes.

Desta forma, o projeto “Amigos da Escola”, coerente com a orientação do Consenso de Washington, apresenta-se no campo educacional buscando sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância de se ajudar a educação pública. No *site* oficial da Rede Globo, encontramos a afirmativa de que “o projeto ‘Amigos da Escola’ é uma iniciativa destinada a fortalecer a participação comunitária no esforço de melhoria da escola pública”.⁷ Esta proposta se sustenta na idéia de que há uma crise entre a escola e a família. Esta crise é posta por este projeto do seguinte modo:

Muitas vezes os pais reclamam da escola. Aham que o ensino não está bom, que os professores faltam muito, que a limpeza do prédio deixa a desejar, que há muitas reuniões e os alunos ficam sem aulas. As escolas por sua vez se queixam das famílias. Consideram que os pais não dão atenção à vida escolar dos filhos, não comparecem as reuniões, não colaboram com as festas ou outros eventos (CENPEC, 1999, v. 01, p. 8).

Nos fascículos⁸ que direcionam e orientam o projeto “Amigos da Escola” essa demonstração de uma aparente crise, existente entre a escola e as famílias, não é aprofundada, nem são analisadas as suas possíveis causas. No primeiro fascículo encontramos a apresentação e os encaminhamentos, divulgando as propostas e a forma de se executar o projeto e trazendo orientações para que a escola incentive a participação da comunidade, através da integração com os “Amigos da Escola”. Estes voluntários das famílias ou da comunidade são de qualquer idade ou grau de escolaridade, abrindo possibilidades de fortalecimento da escola, para que esta cumpra o seu papel de garantir a aprendizagem de todos.

⁷ Cf. o *site* <<www.redeglobo.globo.com/amigosdaescola/index01.htm>>, acessado em 12/11/03.

⁸ Esses fascículos compreendem sete cartilhas, destinadas a orientar a equipe escolar, pessoas e grupos da comunidade que atuam na escola, sobre como desenvolver o trabalho com voluntários e parceiros em diferentes focos do Projeto.

Esse projeto demonstra, com sutileza, a intenção de que a união entre a escola, a família e comunidade, além de fazer muito pela educação, também reivindique aos órgãos públicos as condições mínimas de que a escola necessita para funcionar satisfatoriamente. Entretanto, em nenhum dos fascículos são apresentadas sugestões ou encaminhamentos para reivindicação do cumprimento dos deveres dos órgãos públicos. Notamos assim que o discurso do projeto demonstra a base ideológica e conceitual que o Banco Mundial, por intermédio do BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, lança ao setor educacional brasileiro, com diretrizes redutoras de despesas.

Conforme aponta Fonseca (1998), um dos pontos centrais da política do BIRD para os anos 1990 foi a redução do papel do Estado na educação, com o direcionamento das verbas, priorizando os instrumentos educacionais, como livros e materiais didáticos, e desconsiderando a importância do fator humano, como salário, preparação do professor, número de alunos por professor, visto que estes são reconhecidos como meio de se reduzirem os custos da educação.

Propondo estratégias de descentralização da educação, o BIRD explica que a participação da comunidade na escola é uma forma de estimular o custo compartilhado. *“Visto deste ângulo a descentralização contribui, preferencialmente, para a política de recuperação de custos e para a redução do papel do Estado na oferta dos serviços educacionais”* (FONSECA, 1998, p.17).

Em conformidade com essas políticas, o projeto “Amigos da Escola” sugere que, para ajudar a escola que enfrenta dificuldades, devem-se organizar focos de atuação do voluntariado. Assim, para atender às necessidades da escola, é preciso atuação nas diferentes áreas: gestão escolar, reforço escolar, estímulo à leitura, esportes e artes, saúde e instalações e equipamentos.

Dentre os sete fascículos, já mencionados, que visam a orientar a execução do projeto “Amigos da Escola”, o primeiro traz orientações gerais e os outros seis referem-se a cada uma das áreas mencionadas no parágrafo anterior. Contendo de 18 a 33 páginas, esses fascículos integram o material impresso do projeto “Amigos da Escola”, sendo enviado às escolas que a ele aderiram. Neles estão dispostas as orientações sobre como realizar o projeto e são apresentadas sugestões para o desenvolvimento do trabalho voluntário. Como exemplo, recorreremos a algumas sugestões apresentadas nos fascículos (CENPEC, 1999, v. 01, p. 17-18), como segue:

Há muitas maneiras de participar:

- *Apoiando os alunos nas atividades escolares para que aprendam mais e melhor;*
- *Trazendo de volta para a escola alunos faltosos ou que desistiram de estudar;*
- *Ajudando a montar bibliotecas e a estimular os alunos para a leitura;*
- *Organizando e desenvolvendo atividades culturais, artísticas e esportivas;*
- *Orientando as famílias e os alunos sobre cuidados com a saúde;*
- *Auxiliando famílias de alunos que apresentam problemas de saúde a encontrar atendimento na comunidade próxima ou em outra localidade;*
- *Ajudando a escola a conservar seu prédio, móveis e equipamentos;*
- *Participando de reuniões do conselho de escola e da associação de pais e mestres ou do caixa escolar.*

O projeto sugere que as escolas reúnam os interessados da equipe escolar e da comunidade com a finalidade de elaborar um plano de ação articulada, para desenvolver o trabalho de voluntariado, propondo formas de atuação em todas as repartições escolares públicas do país.

Essas formas de agir, através do voluntariado, são vistas por Soares (2003) como ações de caridade ou solidariedade, as quais servem para amenizar situações críticas nos sistemas da sociedade.

A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microssoluções *ad hoc* substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo no social para enfrentar a globalização no econômico (SOARES, 2003, p. 13).

É importante lembrar que a responsabilidade do Estado para com a educação implica na formação e pagamento do professor, idéia defendida pelo Estado republicano - burguês desde o século XIX. E para justificar este investimento do Estado a escola é apontada como um caminho necessário para o progresso da nação. Já os projetos contemporâneos “Dia Nacional da Família na Escola” e “Amigos da Escola” sugerem que o processo de conhecimento que ocorre na instituição escolar fique, embora não exclusivamente, a mercê de um voluntariado convocado a participar sem pagamento⁹ (neste sentido como caridade) e sem um planejamento político prévio por parte do Estado. Assim são convidadas todas as pessoas que tem algo a oferecer a educação escolar que pode ser desde a

⁹ O projeto “Amigos da Escola”, na proposição da utilização do voluntário, legitima-se na Lei do Voluntariado de número 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, a qual regulamenta o trabalho voluntário como atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública ou instituição sem fins lucrativos, não gerando vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista

participação no processo de alfabetização do aluno até a limpeza ou pintura do prédio escolar. O fundamento desta atitude está pautado no apelo ao sentimento de cidadania dos voluntários. De acordo com Soares (2003) a convocação das famílias para atuar como voluntariado caracteriza a perda de um projeto político planejado e o esvaecer da direção política pública..

No fascículo de orientação, o projeto traz sugestões de conteúdos pedagógicos para o voluntário desenvolver trabalhos dentro da escola, com o discurso de que *“a educação é responsabilidade do Estado e de toda a sociedade civil, é preciso que lutemos todos pela qualidade da educação”* (CENPEC, 1999, v. 01, p. 4).

A chamada, realizada pelo Projeto “Amigos da Escola”, para que a sociedade assuma junto com o governo a responsabilidade da gestão social da escola pública é posta como caminho para a mudança na escola. A questão exige um cidadão que tenha uma família ideal e que seja um bom trabalhador, como nos ideários liberais. Traz também a idéia de que a mudança na educação somente irá acontecer através da somatória da participação de todos da comunidade. O discurso de escola para todos é entendido, neste contexto, como escola para receber o trabalho de todos, e não como oportunidade de educação escolar para todos. Assim, o programa “Amigos da Escola” traz a seguinte observação:

Enquanto não formos capazes de conscientizar as famílias, o entorno sócio-comunitário e a comunidade escolar de que a escola pública é escola de todos, as chances de mudarmos realmente o rosto de nossa educação continuarão muito reduzidas (CENPEC, 1999, v. 01, p. 4).

No entendimento dos idealizadores desse projeto, a conscientização vai se concretizar quando a comunidade como um todo participar ajudando a escola, pois, além de beneficiar o aluno, a participação voluntária é um recurso de fortalecimento da sociedade civil e do Estado, demonstrando uma intenção do projeto, que é de *“fortalecer ações que a escola já desenvolveu ou ajudá-la a iniciar atividades que contribuam para sua melhoria, sempre pensando na aprendizagem do aluno”* (CENPEC, 1999, v. 01, p.5).

Esta concepção de política social consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que, ao tratar da Educação nacional, em seu artigo 205, dispõe que *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será*

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1989).

Desta forma, a Constituição Brasileira abre espaços para a intervenção das várias instâncias da sociedade no processo de educação escolar, expandindo o conceito de educação escolar, enquanto processo formativo, o qual será desenvolvido na família, no trabalho, na escola e nas demais organizações sociais.

Na Lei 9394, de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional (LDB), a educação escolar é pensada como um dever não somente do Estado, mas também da família, e, por conseguinte, da sociedade como um todo, sendo um instrumento para a promoção do exercício da cidadania.

O artigo 2º dessa lei (BRASIL, 1997) dita que

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para organizar os sistemas de ensino sob esses princípios, a LDB, em seu artigo 12, regulamenta que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência, entre outras, de:

- VI. Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII. Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Assim, a comunidade é chamada a participar na escola através de projetos elaborados por ações e programas de âmbito estadual, federal e de empresas privadas, buscando caminhos para a educação escolar por meio de projetos de intervenção que articulem família e escola.

Tanto o programa “Dia Nacional da Família na Escola”, “Amigos da Escola” e outros do gênero são legitimados pela determinação da Carta Magna do Brasil e pela mais importante legislação brasileira na área educacional: a LDB.

Ora, estes princípios, contidos nas mais importantes legislações brasileiras e subjacentes aos projetos aqui discutidos, não são simples orientações

atuais nem exclusividade brasileira. Entendê-los exige o retorno e a análise cuidadosa das bases do pensamento que sustenta a sociedade capitalista.

De uma forma simples, podemos apontar a vertente ideológica do pensamento burguês, que justifica e legitima a necessidade da existência do Estado, fundamentando-se no “direito natural da propriedade privada”. No pensamento de Locke (1998) encontramos a defesa da concepção liberal, possessiva, a qual entende que o direito natural do homem é o direito à liberdade, que, juntamente com o trabalho, sustenta o direito à propriedade; e que ao Estado caberia a defesa através de leis elaboradas por representantes do povo. Assim, o Estado é o contrato, e por isso ele cria e recria caminhos através de leis, para garantir a manutenção da propriedade e de outros direitos do cidadão.

A diferença entre a contemporaneidade e o momento do liberalismo econômico, segundo Macrids (*apud* Santos, 1998), é que a teoria neoliberal se reafirma enfatizando somente os aspectos econômicos. O cidadão, criado no liberalismo econômico, agora vai ser substituído pelo consumidor. Contudo, para se manter a democracia ou liberdade, o Estado deve garantir, antes de tudo, o direito individual, ou seja, não interferir no âmbito da vida pública e especialmente no âmbito econômico da sociedade. A proposta neoliberal é assegurar a situação de Estado mínimo, ou seja, a individualização dos problemas ou questões sociais.

As concepções que Smith (1985) pontuava no mercantilismo se apresentam como a opção para a forma capitalista e neoliberal recente. Nas suas palavras, encontramos a seguinte orientação:

... deixe-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeitas liberdade de ir a busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho, como seu capital concorra com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoa (p.104).

Com a atenção estatal voltada para a produção do capital, afastando-se da oferta de direitos sociais e saindo da condição de governo interventor, o Estado estimula o surgimento de um cidadão consumidor, que terá a liberdade de conquistar e gerir sua igualdade, o que se traduz em equidade. Neste sentido, vão-se abrindo espaços para a participação da família, da empresa e da comunidade na escola, as quais têm por objetivo promover melhorias na educação, efetivando a participação dos indivíduos no sucesso ou insucesso escolar.

Para que o indivíduo de uma comunidade participe quer na escola de seus filhos quer em outros trabalhos sociais voluntários, é necessário que ele tenha condições para isto, como, por exemplo, tempo disponível e conhecimento específico para um determinado trabalho. Somente pedir a participação em forma de solidariedade não é suficiente, faz-se necessário observar quais as reais condições dos indivíduos para participar.

Referindo-se a esta condição de insuficiência do indivíduo para assumir o trabalho voluntário, Bordieu (1998, p. 11) afirma que *“àqueles que são enviados á linha de frente, para desempenhar as funções ditas ‘sociais’ e suprir as insuficiências mais intoleráveis da lógica do mercado, não lhes são dados os meios para cumprir verdadeiramente sua missão”*. As políticas neoliberais, assumidas mais especificamente na década de 1990, em oposição ao Estado de bem-estar social, não se limitam a ajustes econômicos empresariais, mas se estendem também às reformas educacionais, sustentadas por políticas globalizadas provindas de diversas organizações. Destacam-se como exemplos dessas organizações o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e como ramificações regionais de apoio a estas, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e, a nível diretamente educacional, a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC) (SOARES, 2003).

Esses organismos, entre outros, unificam o pensamento neoliberal, dificultando a análise dessas políticas. As idéias do individualismo, de descentralização e de privatização vão se interpenetrando, sendo mecanismos promotores da mutação da política capitalista, rompendo com os seus próprios obstáculos. Portanto, em um contexto de redefinição entre Estado e sociedade civil, fica o espaço ocupado por instituições situadas entre o mercado e o Estado, como é o caso dos programas “Dia Nacional dos Pais na Escola” e “Amigos da Escola”, os chamados “parceiros sociais” que pretendem articular ações na área educacional, para melhoria da educação brasileira.

Tratando do programa “Dia Nacional da Família na Escola”, Nogueira (2001) alerta que, ao preparar atividades para as participações dos pais na escola, deve-se levar em consideração o grau cultural dos pais. Vemos neste alerta uma preocupação com os diferentes níveis de escolaridade existentes entre os pais de alunos, pois as atividades devem ser planejadas para que todos possam participar.

Ao referir-se ao “grau cultural”, Nogueira (2001) faz um discurso pautado na *economia política da educação*, que vincula produto ou resultado da educação escolar com as demandas do empresariado, deixando clara a ligação direta dessa educação com os interesses do capital. Esta concepção, que assume relevância na década de 1960, é apresentada por Schultz (1973) como uma teoria que centra a atenção no poder explicativo das variáveis de escolaridade e experiência de trabalho, como forma de determinar os níveis individuais de rendimento. A aquisição da educação e experiência de trabalho passa a ser fator de investimento humano, o que vai ser tido como fator absolutamente necessário para o desenvolvimento humano. Esta teoria concebe que o indivíduo deve investir em sua educação, e que após concluí-la ele alcançará rendimentos maiores, na idéia de que quanto mais variados e profundos forem os estudos a que o indivíduo puder ter acesso, maiores serão as oportunidades de ganho. No campo da educação, o capital não é um capital comum que possa ser negociado, mas um capital humano, que vai servir a fins sociais e políticos, entre outros.

Firmando-nos em Bourdieu (2001), entendemos que a explicação pela via do capital cultural é um discurso ideológico da burguesia, que considera o estilo, a linguagem e as disposições culturais, sejam elas de origem escolar ou não-escolar, constituintes de um capital cultural. De posse deste discurso, o grupo dominante, centrado em torno da classe (nova burguesia), justifica as diferenças existentes entre as classes, ratificando a idéia de que a classe dominante assim o é por ter se apossado desse capital cultural. Em vista disso, o indivíduo que não se apoderou deste conhecimento é o “culpado” do seu desfavorecimento, justificando, assim, as diferenças econômicas existentes entre classes.

Na intenção de ajudar o aluno, a escola deve cuidar para não assumir o papel da família. Em debate realizado por teleconferência, no momento do lançamento do projeto “Dia Nacional da Família na Escola”, Sayão (2001) ressalta que a família deve ser considerada como um espaço de unidade, e a escola como lugar da diversidade, alertando os professores quanto às relações da escola com a família. Essa psicóloga faz um alerta: *“Peço aos professores que não tomem o lugar dos pais e se concentrem na educação de seus alunos”* (SAYÃO, 2001).

Para ela, a escola sabe como educar os alunos e não deve assumir papéis de pais, nem cobrar que os pais ensinem as crianças, o que é tarefa dela, (escola). Alerta ainda que a escola não pode ser considerada como uma

continuação da família, pois, são campos de diferentes e distintas interações, onde a criança se forma. A escola deve instrumentalizar a criança com conhecimento e capacidade crítica, para que essa criança possa desenvolver a capacidade de superar as adversidades próprias da existência humana.

A teleconferencista, mesmo crendo que a aproximação entre a escola e a família pode contribuir para uma interação desses dois campos, entende que a escola não deve direcionar a atuação dos pais por meio de textos técnico-pedagógicos, e não pode cobrar que os pais ensinem conteúdos escolares aos filhos, ficando clara a idéia de que, nesse processo, a família não é uma continuação da escola, nem a escola é uma continuação da família.

Nessas análises dos programas que pretendem intervir na escola, sugerindo uma participação mais efetiva por parte da família, mais especificamente dos pais na educação escolar dos filhos, é importante observarmos que a família é uma instituição dinâmica, que participa ativamente do processo de desenvolvimento socioeconômico e do impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais.

Desta forma, como pensar as questões sociais sem considerar que, nesta sociedade pós-industrial contemporânea, a família, a mídia e o mundo do trabalho estão transformados? Vemos que essas mudanças interferem nos padrões tradicionais de comportamento, de sexualidade, de consumo, de educação e de relações pessoais, e que as rupturas dos moldes tradicionais em relação às identidades são as formas adequadas ou inadequadas de ser e de agir.

A organização familiar tem mudado muito desde o século XVIII. Não obstante tantas transformações vivenciadas através dos séculos, a família ainda é pensada como uma instituição estática constituída pelo trinômio pai-mãe-filho(s).

Na tentativa de possibilitar uma melhor compreensão sobre estas mudanças na formatação da família, sem a pretensão de esgotar o assunto, na seqüência deste trabalho demonstraremos o processo de transformações realizadas historicamente no campo da organização familiar, o qual sustentará nosso entendimento dos projetos que propõem a aproximação entre a família e a escola.

1.2 A TRANSFORMAÇÃO DA FAMÍLIA RUMO À MODERNIDADE

Nos dias atuais já não é correto pensarmos em um tipo de família único, constituído de pai, mãe e filhos. Diferentes abordagens teóricas demonstram que a família tem transformado suas formas de convivência através dos tempos. É pautado no trabalho de Ariès que observaremos como a família compreendeu modificações de significados à medida que o sentimento desta família se transformava. Pelos estudos de Engels (2002), seguiremos observando como a família evoluiu à medida que se transformava a unidade de produção; e através do censo demográfico realizado no Brasil no ano de 2000 observaremos as novas formatações da organização familiar na sociedade brasileira.

1.2.1 A construção do sentimento de família

Abordar o tema família é ter pela frente um grande desafio, tamanha a amplitude desse assunto. Encontramos uma vasta quantidade de pesquisas neste campo, realizadas por autores de diferentes campos do saber - como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a filosofia, a literatura, dentre outros. Segundo Canevacci (1976), foi L. H. Morgan o primeiro pesquisador que, através da antropologia, trouxe importante contribuição para o entendimento sobre a evolução histórica da família ou sobre sua autotransformação, rompendo com as idéias milenares sobre a eternidade das formas familiares.

O conceito básico subjacente às teorias de evolução sócio-cultural é de que as sociedades humanas, no curso de longos períodos, experimentaram processos simultâneos e mutuamente complementares de autotransformação, um deles responsável pela diversificação e o outro pela homogeneização das culturas (CANEVACCI, 1976, p.17).

Para refletir sobre algumas mudanças significativas na organização da família nuclear, iniciaremos nos apoiando nos estudos de Ariès (1981), que, em suas pesquisas, partindo do final da Idade Média, percorreu a história das transformações que envolveram a família até o século XIX.

Em seu trabalho, Ariès pesquisou, minuciosamente, na arte, no folclore e na pedagogia, a ordenação da família nuclear conjugal e doméstica, podendo, em suas análises, afirmar que o surgimento e o progresso dessa organização familiar acontecia à medida que se transformava seu modo de se relacionar com a infância.

Esse fato é relevante se considerarmos que a sociedade tradicional pesquisada por Ariès desconhecia o sentimento de infância, o qual é próprio da sociedade moderna. De acordo com Ariès, as crianças, na arte medieval, eram representadas como adultos em miniatura, pois das características físicas infantis era mantido somente o tamanho. A fisionomia infantil não se mostrava nas poucas representações de imagens de crianças registradas nas artes.

Pode-se observar ainda que a família tinha a presença das crianças sem distingui-las. Elas viviam misturadas aos adultos em seus trabalhos ou lazeres, tomavam parte nos “jogos de azar”, que nesse período não provocavam nenhuma reprovação moral, uma vez que contribuía para a aprendizagem.

Se os jogos de azar não provocavam nenhuma reprovação moral, não havia razão para proibi-los às crianças: daí as inúmeras cenas de crianças jogando cartas, dados, gamão etc., que a arte conservou até nossos dias. (ARIÈS, 1981, p. 61)

Por conseguinte, a preocupação com o encaminhamento específico para estas crianças não existia. O retrato de crianças, até o século XIV, fica limitado a representar o menino Jesus. Essa iconografia religiosa da criança transformou-se lentamente até chegar em uma iconografia leiga, nos séculos XV e XVI, porém as crianças eram representadas sem exclusividade. O sentimento de criança “engraçadinha”, que seria a diversão para as pessoas com as quais convive, vai sendo criado, numa demonstração de como a criança já começava a ser percebida com maiores atenções.

Um avanço significativo na percepção da infância, é o

... fato de que a criança se tornou uma das personagens mais freqüentes dessas pinturas anedóticas: a criança com sua família; a criança com seus companheiros de jogos, muitas vezes adultos; a criança na multidão, mas ‘ressaltada’ no colo de sua mãe ou segura pela mão... (ARIÈS, 1981, p. 21)

Vemos que a criança, apesar de ainda viver entre adultos e como adulto, já é ressaltada na sua condição física da infância; no entanto a transmissão de valores não era assegurada nem controlada pela família. As crianças cresciam misturadas com os adultos, aprendendo um ofício, trabalhando. Referindo-se a isso, Ariès (1981, p. 157) afirma que “*não havia lugar para a escola, nessa transmissão*

[de valores e de conhecimentos para prática de um ofício] *através da aprendizagem direta de uma geração para outra*". Neste período,

as crianças eram freqüentemente negligenciadas, tratadas brutalmente e até mortas; muitos adultos tratavam-se mutuamente com suspeita e hostilidade; o afeto era baixo e raro. [...] A falta de uma única figura materna nos primeiros dois anos de vida, a perda constante de parentes e amigos próximo, irmãos, pais, amas e amigos devido a mortes prematuras, o aprisionamento físico do infante em fraldas apertadas nos primeiros meses e a deliberada quebra da vontade infantil, tudo contribui para um "entorpecimento psíquico", que criou muitos adultos, cujas respostas aos outros eram, no melhor dos casos, de indiferença calculada e, no pior, uma mistura de suspeita e honestidade, tirania e submissão, alienação e violência. (STONE apud ZILBERMAN, 2003, p.36)

O sentimento da infância vai se desenvolvendo com sutileza. A manutenção de uma ampla relação que existia entre a família medieval e a sociedade, no sentido de que não se valorizavam os limites da individualidade, não vai se conservar por muito tempo, pois a evolução dos costumes e os novos progressos voltados à construção de uma intimidade vão superar a formatação da família medieval, trazendo uma forma de vida familiar com modelo mais próximo dos dias atuais.

A família medieval, que se mantinha unida pelo trabalho e pela propriedade, exercendo a função de centro de segurança, vai passar por um processo de transformação imposto pelas novas forças produtivas que se estabeleciam na sociedade industrial. A primeira revolução industrial, que ocorreu na Inglaterra entre fins do século XVII e início do século XVIII, além do significativo desenvolvimento da produção, influi também nas formas de relacionamento entre os homens, cujos padrões econômicos e sociais vão ser substituídos, refletindo-se no comportamento dos indivíduos. Para Ariès (1981), a família dos senhores passa a ser uma família mais íntima, com um relacionamento de maior proximidade entre pais e filhos, dentro de uma consciência de uma nova classe familiar. Ele afirma que esta família *"postulava zonas de intimidade física e moral que não existiam antes"* (p. 184).

Ariès observa como esta reorganização social deixou a casa com mais espaço para as intimidades, pois a família é reduzida a pais e a crianças, que podem desenvolver um relacionamento mais afetivo e íntimo. As cartas escritas pelo general Martange à sua mulher, entre os anos de 1760 e 1780, demonstram a mudança significativa no recolhimento do lar, quando este relata: *"Anseio por*

encontrar contigo em nosso pobre lar, e gostaria de não ter nenhuma outra preocupação além de arrumar teu quarto e tornar nossa estada cômoda e agradável” (apud Ariès, 1981, p.186).

A sociedade industrial vai tornando as relações sociais mais individualizadas, com maiores envoltimentos entre pais e filhos, e a casa não se encontrava mais aberta para toda sociedade, como no século XVII, desenvolvendo o que Ariès denomina “sentimento de família”. A família moderna passou a apresentar características novas, e seus membros se recolhem com prazer a seus lares. Essas transformações atuaram de forma decisiva na mudança do papel econômico e social da mulher, que perde sua função puramente maternal. A família assume uma vida profissional e uma particular, restringindo as relações sociais, que antes eram extensas, e a casa perde seu caráter público. Assim, com a convivência mais íntima, a família tende a perder o sentimento solidário que existia entre ela e a comunidade.

Outrossim a família, em sua condição urbana, trabalhando nas fábricas burguesas, não é mais o centro de instrução e educação, de divertimento e lazer, da vida religiosa e moral, pois na ordenação produtiva burguesa a família perde o sentido de célula mestra. O Estado moderno encontra na família nuclear uma estrutura que favorece o desenvolvimento do Estado burguês, como afirma Marx e Engels (1998, p. 24): *“O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”*.

Com o modo de produção burguês nasce um novo tipo de organização familiar moderna, passando a ser restrita, com menos filhos, visto que a família recebe despesas adicionais que não havia antes: aluguéis, diversão, vestimentas, transportes e outras exigências da vida citadina.

Na ordenação burguesa do século XIX, o sustentáculo para a sobrevivência da classe trabalhadora era o trabalho nas fábricas. Marx (1996) observa que os membros das famílias, agora individualizados, iam para a fábrica desenvolver partes do trabalho, mas sob condições impostas pela produção moderna da maquinaria. As mulheres e crianças eram forçadas a vender barato seu trabalho.

Aumentou muito o número de trabalhadores porque os homens foram substituídos no trabalho pelas mulheres e sobre tudo porque os adultos foram substituídos por crianças. Três meninas com 13 anos de idade e salário de 6 a 8 xelins por semana substituem um homem adulto com salário de 18 a 45 xelins (MARX, 1996, p. 451).

A situação da classe trabalhadora, sobretudo na Inglaterra do século XVII, era calamitosa, visto que as indústrias exploravam excessivamente a força de trabalho em favor da produção, contribuindo para um maior lucro dos proprietários dos meios de produção.

(...) as 2, 3 e 4 horas da manhã, as crianças de 9 e 10 anos são arrancadas de camas imundas e obrigadas a trabalhar até às 10, 11 ou 12 horas da noite, para ganhar o indispensável à mera subsistência. Com isso, seus membros definham, sua estatura se atrofia, sua face se tornam lívidas, seu ser mergulha num torpor pétrico, horripilante de se contemplar. (MARX, 1996, p.275-276)

A família que vai sustentar a força de trabalho nas indústrias passará por mudanças na forma de relacionamento entre seus membros. A mulher, que é levada ao campo de trabalho deixa os filhos sem assistência em casa, quando não os leva para o trabalho na fábrica também. O tempo para convivência entre as pessoas que participam da família se restringe muito. Com a força de trabalho da mulher explorada pelos baixos salários, os problemas da família se encadeiam, conforme demonstra Marx, ao se referir à situação da classe operária e de sua família na Inglaterra em 1861,

(...) pondo-se de lado circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente de trabalharem as mães fora de casa. Daí serem as crianças abandonadas e mal cuidadas. Esse desleixo se revela na alimentação inadequada e insuficiente e no emprego de narcóticos; além disso, as mães, desnaturadamente se tornam estranhas a seus próprios filhos, e intencionalmente os deixam morrer de fome ou os envenenam. (MARX, 1996, P. 453-454)

Diante desta situação, Tocqueville (1994), nas primeiras décadas do século XIX, interpreta determinados aspectos dessa nova família afirmando que, em busca da democracia e liberdade, o pai de família perde sua autoridade sobre o filho, quando esse, terminado o período da infância, toma a condução de sua vida, apoderando-se da liberdade concedida e “traçando sozinho seu caminho”. Assim, a democracia cria o homem individual, e

... o braço do governo vai procurar cada homem em particular no meio da multidão, para curv-lo isoladamente às leis comuns, não é necessário que exista semelhante intermediário; o pai, aos olhos da lei, é apenas um cidadão mais velho e mais rico do que o filho (TOCQUEVILLE, 1994, p.447).

Neste sentido Goode (1970) afirma que no momento em que os pais levavam os filhos para as fábricas, eles (os pais) ainda podiam supervisioná-los, e deste modo exercer a autoridade paterna. Mais tarde a autoridade paterna iria diminuir à medida que tipos mais novos de maquinaria fossem introduzidos. Desta forma o sistema de produção fabril enfraqueceu a organização familiar tradicional da classe trabalhadora.

Destarte, através de um processo histórico, a família se reorganiza, e para Engels (2002) ela condiciona a ordem social em que vive. Por isso observaremos em seus trabalhos como esses movimentos familiares ocorreram na história das organizações familiares.

1.2.2 Formas de organização da família

Para Engels (2002), as sociedades denominadas “primitivas” ou “em desenvolvimento” viviam em um momento histórico em que a produção era limitada, as famílias eram formadas por laços de parentesco amplos, sendo esta forma de parentesco que substanciava as obrigações do indivíduo para com o seu grupo. Com o desenvolvimento do modo de produção, essa família antiga vai perder seu caráter público e reduzir o seu grupo de parentesco, formando a família patriarcal. Conforme afirma Engels (2002, p. 10),

A ordem social em que vivem os homens de uma determinada época ou de um determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família do outro.

Sabemos que a família, em seu percurso histórico, passou por várias formas de organização, diferentes da patriarcal, e estas formas muitas vezes são ignoradas ou omitidas pela ordem vigente. Para compreensão dos diversos tipos de família constituídos desde os primórdios da humanidade, os estudos realizados por Engels sobre o processo de desenvolvimento da humanidade do Estado selvagem e da barbárie até o começo da civilização são de grande valia,

Por ora, podemos generalizar a classificação de Morgan da forma seguinte: Estado Selvagem – Período em que predominam a apropriação de produtos da natureza, prontos para serem utilizados: as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essas apropriações. Barbárie – Período em que aparece a criação de gado e agricultura e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano. Civilização – Período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte (ENGELS, 2002, p. 35-36).

Através dos estudos de Engels é possível notar que em diferentes estágios das sociedades predominaram diversas formas de organização familiar. A história revela a presença de uma série de famílias extremamente diferentes das consideradas válidas nos dias atuais. As pesquisas de Engels rompem com a visão conservadora de família no momento em que mostra arranjos poligâmicos em conjunto com a poliandria, constituindo famílias imensas, nas quais a paternidade e maternidade eram coletivas, bem como a responsabilidade para com a prole e com os cuidados de sua educação. Engels (2002) afirma que, segundo Morgan, o processo de convívio e relacionamento entre homem e mulher resulta na formação de alguns tipos de família:

- **Família consangüínea:** para o autor, esta é a primeira etapa da família, na qual o grupo conjugal era definido por gerações. Todos os membros do grupo de uma mesma geração eram marido e mulher entre si. Com a evolução este tipo de família desapareceu.
- **Família punaluaana:** esta forma se apresenta quando há a exclusão do casamento entre pais e filhos e em seguida entre os irmãos, e depois, entre os primos de segundo e terceiro graus. Esta mudança foi considerada pelo autor como lenta, porém foram os primeiros passos para que se desenvolvessem novos núcleos familiares. Um grupo de irmãs saía para casar com um grupo de homens, sendo excluídos deste os seus irmãos; os quais formariam outro grupo que se casariam com outro grupo de irmãs. Os filhos desta união representavam-se no grupo da seguinte forma:

Os filhos das irmãs de minha mãe são também filhos desta, assim como os filhos dos irmãos de meu pai o são também deste; e todos eles são irmãos e irmãos meus. Mas os filhos dos irmãos de minha mãe são sobrinhos e sobrinhas desta, assim como os filhos das irmãs de meu pai são sobrinhos e sobrinhas deste; e todos são meus primos e primas (ENGELS, 2002, p.49).

Do interior desta forma de organização do parentesco é que será formada uma gens¹⁰, ou seja, um grupo fechado de parentes consangüíneos, tendo como tronco comum uma mãe, pois os homens da família não tinham como ter certeza da paternidade, assim somente os descendentes das filhas formavam uma gens.

- **Família sindiásmica:** quando ainda o casamento era realizado por grupos, já existia a união por pares. Isto se dava porque no grupo um homem poderia ter uma mulher especial entre as outras e a mulher também poderia ter o esposo preferido. A família sindiásmica vai surgir quando, com o crescimento da gens, os grupos de irmãos se ampliavam, e ficava difícil o casamento por grupos; desta forma, eles eram forçados a consolidar a união por pares. Com a mudança da forma de organizar a família vão se transformando também os costumes. Uma mudança significativa era a cobrança da fidelidade conjugal da mulher. Já ao homem era conservado o direito de ser poligâmico ou de cometer ato de infidelidade. Contudo, afirma Engels (2002, p. 57) que *“as tribos que haviam adotado o regime das gens estavam chamadas, pois, a predominar sobre as mais atrasadas, ou arrastá-las com seu exemplo”*. Este fato é explicado por Engels (2002) pelos princípios da eugenia, ou seja, pela seleção positiva da raça. Segundo ele, a união entre as gens não consangüíneas produz uma raça mais forte, tanto física como mentalmente. No matrimônio sindiásmico a mulher adquire o direito de não manter relações sexuais, libertando-se da obrigatoriedade de fazer sexo com todos os

¹⁰ Gens – palavra que procede do latim, genus, que significa linhagem ou descendência. Morgan usa para designar um grupo consangüíneo, que constrói uma descendência comum. No caso da família punaluana, a gens estava em sua forma primitiva, compondo-se de todas as pessoas, que pelo matrimônio punaluano, e de acordo com as concepções que nele necessariamente dominam forma a descendência reconhecida de uma determinada antepassada, fundadora da gens.

membros do grupo. Porém, significativas transformações ocorriam o âmbito familiar, que já se encontrava reduzido a um homem e uma mulher. A explicação dessas transformações é posta por Engels (2002, p. 65) da seguinte forma: *“Se não tivessem entrado em jogo novas forças impulsionadoras da ordem social, não teria havido qualquer razão para que da família sindiásmica surgisse outra forma de família”*. Nesta fase de mudança no Velho Mundo, as famílias empregavam sua força de trabalho em suas propriedades particulares, introduzindo a criação de gado, o preparo dos metais, feitiço de tecidos e a implantação do cultivo agrícola. Ao pai cabia prover a alimentação e aos instrumentos para o trabalho da família, logo ele era o proprietário. Desta forma a família vai se submeter ao poder do pai, servindo com trabalhos na agricultura. Este tipo de família vai favorecer a passagem da família sindiásmica, para a família monogâmica.

- **Família monogâmica:** esta família apresenta uma união conjugal, mais sólida, onde a fidelidade feminina continua sendo exigida e a infidelidade do homem tolerada. A mulher casta, mãe dos filhos e propriedade do pai, demonstra como essa forma de família monogâmica surge com formas de opressão e escravidão, como afirma Engels (2002, p. 75),

a existência da escravidão junto à monogamia, à presença de jovens e belas cativas que pertencem, de corpo e alma, ao homem, é o que imprime desde a origem um caráter específico à monogamia – que é monogamia só para a mulher, e não para o homem. E, na atualidade, conserva-se esse caráter.

Segundo este autor, a forma de união monogâmica não tinha relação com laços afetivos, tinha caráter econômico. Nela, a superioridade do pai de família assegurava a paternidade dos filhos e esta assegurava o direito da herança. Ao mesmo tempo em que a monogamia assinalava um desenvolvimento, ela fazia retroceder a própria condição humana ao estado de escravidão, e isto possibilitava o acúmulo de riquezas. Assim os registros da história confirmam que a família vai se reformatando no ritmo da organização de produção da vida.

Dando um salto na história, é possível afirmar que as transformações sociais e culturais, nas últimas décadas do século XX, levam a família patriarcal ao enfraquecimento, alterando a idéia do homem como único provedor do grupo conjugal, bem como o paulatino desaparecimento da família nuclear, cujos integrantes – marido, esposa e filhos - viviam juntos e felizes até que a morte os separasse. É o que tentaremos exemplificar a seguir, com o caso da família na sociedade brasileira. É possível afirmar ainda que a família moderna monogâmica contribui para o desenvolvimento da propriedade privada, dando início ao espaço público distinto do espaço privado, que está posto na concepção do capitalismo.

1.3 A FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

As diversas configurações da família, observadas em diferentes épocas, demonstram que a família é dinâmica em seus arranjos. Portanto, na atualidade os papéis assumidos por seus membros já não são os mesmos. A forma de família nuclear já não é a única configuração desta, pois uma heterogeneidade de formas ou arranjos vai se apresentando.

Podemos observar nos resultados do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), no ano 2002, um significativo aumento de domicílios unipessoais, ou seja, aquele que tem um só morador. Os dados mostram que 17,9% dos domicílios chefiados por mulheres eram unipessoais. Dos domicílios chefiados por homens apenas 6,2% eram de homens morando sozinhos. Esses tipos de domicílio unipessoais apresentam-se nas unidades da federação mais urbanizadas. Podemos reconhecer, portanto, um novo padrão de organização familiar. Para Garbar & Theodore (2000, p. 135-136), esse tipo de relação é denominada de monoparental e se demonstra atualmente no campo familiar com os seguintes arranjos:

- *Mãe sozinha com filho de pai desconhecido;*
- *Mãe que conhece bem o pai, mas este recusa -se a reconhecer o filho;*
- *Família monoparental voluntária: uma mulher ou um homem escolhe alguém para ter um filho, mas não quer viver com ele ou com ela;*
- *Viúvas ou viúvos: a criança conhece melhor, ou não, seu pai ou mãe que faleceu.*
- *União livre com duas residências;*

- *Adoção: algumas pessoas sós decidem adotar uma ou mais crianças;*
- *Pais divorciados ou separados: as crianças têm dois pais vivos. Vivem seu dia-a-dia com um e vêem o outro, com menor ou maior regularidade.*

Para Garbar & Theodore (2000), outros arranjos familiares se configuram, quando pais divorciados ou separados recompõem suas famílias e “novos pais” se apresentam. A criança receberá dois “novos pais”: um, o novo cônjuge daquele com quem a criança mora, e o novo cônjuge, da parte que não convive com ela, sendo que este novo cônjuge conviverá ocasionalmente com ela. A situação fica mais complexa quando os dois novos pais têm cada um seus próprios filhos, pois a integração desta família requer uma relação afetiva, e esta relação com alguém que não se conhece, ou com que não se convivia antes, é sempre um procedimento que requer tempo para a sua construção.

A respeito da superação das dificuldades no relacionamento entre os “novos pais” e “novos filhos” Garbar & Theodore (2000, p. 178) afirmam que “*as coisas serão mais simples se os pais adotarem um tom convival em família, falando das coisas difíceis de serem exprimidas*”. Neste cenário do ciclo evolutivo do sistema familiar, Garbar & Theodore (2000) reconhecem novas formas de configurações familiares, desenhando-se as chamadas famílias reconstituídas ou recasadas.

Por ser esta família o local onde se realizam as experiências de afetos, como, o prazer, a dor e o medo e muitas outras emoções que contribuem para aprendizados significativos na sociedade atual, e por se considerar que as experiências construídas pelo sujeito, em todos os seus círculos sociais, contribuirão diretamente para a sua formação enquanto adulto, fazendo-o capaz de tomar decisões, relacionar-se, trabalhar, escolher um cônjuge, etc., devemos questionar: qual a forma de família que se apresenta na atualidade?

Um condicionante que interfere na forma de relacionamento entre pais e filhos, na organização de família tipo nuclear, é observado nos dados do censo brasileiro em 2000, quando eles indicam que, cada vez mais, nos domicílios brasileiros as mulheres estão assumindo a responsabilidade de chefe. Segundo a divulgação do Instituto (IBGE, 2002a), são mais de 11 milhões de mulheres brasileiras à frente de domicílios, representando 12,9% da população feminina; e se no ano de 1991 apenas 18% dos lares eram comandados por mulheres, no ano 2000 já são 25%.

Devemos considerar que parcela significativa de mulheres que assumem a sustentação e manutenção financeira da família vai para o campo do trabalho por necessidade, assumindo assim uma dupla função: de mãe, com responsabilidades na condução do lar; e de trabalhadora, no mercado de trabalho. Referindo-se a este contexto da mulher trabalhadora, Goode (1970, p. 180) afirma que *“O industrialismo moderno tem oferecido maior liberdade econômica às mulheres, mas não as tem libertado de suas tarefas domésticas. [...] O status principal das mulheres em todas as sociedades é o de dona de casa e de mãe”*.

O Censo brasileiro realizado no ano 2000, divulgado pelo IBGE (2002b), indica ainda que nos domicílios comandados por mulheres, nota-se o aumento de proporção de crianças da primeira infância (zero a seis anos) que residem no mesmo domicílio. Os dados demonstram que em 1991 este índice era de 10,5% e em 2000, cresceu para 14,2%. Portanto, passa a ser significativa esta nova organização de família onde a mulher se destaca como provedora do sustento econômico da família, ao invés do homem como pai e provedor da família. Esse fato é abordado por Soares (2003, p. 80) como um processo de feminização da pobreza, visto que esta situação ocorre sobre tudo nas classes sociais de menor poder aquisitivo

constata-se que a quarta parte de todas as famílias do mundo é chefiada por mulheres e muitas outras dependem da renda da mulher, mesmo quando o homem está presente. Nos estratos mais pobres, sobretudo, nota-se a maior presença da mulher no sustento à família ou ao domicílio.

Ao assumir novas responsabilidades, a mulher aumenta sua participação no mercado de trabalho, o que nem sempre reflete melhores condições de vida, pois na maioria das vezes é realizada pela necessidade de sustento da família, não representando desta forma uma maior independência da mulher. As estatísticas do IBGE (2002b) atestam o crescimento do número de mulheres que realizam dupla jornada de trabalho. No ano de 1992 o percentual das mulheres que trabalhavam fora de casa e também cuidavam dos afazeres domésticos era de 90%, e no ano de 1999 este índice passou para 93,6%. Nestas condições, as mulheres assumem novos papéis na sociedade, aumentam sua participação no mercado de trabalho e também, com nível maior de escolaridade, expandem a possibilidade de acesso às informações e são estimuladas a um padrão de família menos numeroso. As famílias atualmente, conforme as estatísticas do IBGE em 1991 (IBGE, 2002a), diminuem

quanto ao número de pessoas por domicílio: em 1991 esse número era de 3,9, pessoas por domicílio, no ano 2000 já baixou para 3,5. Tais informações indicam que a família contemporânea passa por modificações significativas, no quadro de desenvolvimento social global.

Reforçando esta idéia, constatamos que aumentou o número de famílias em que as mulheres assumem o comando do lar, indo para o campo de trabalho, buscando dividir o curto espaço de tempo que têm após sua jornada de trabalho, entre os afazeres domésticos e cuidados com filhos. Para estas famílias, não cabe mais o mito da família apoiada na manutenção do arranjo de família nuclear: pai, mãe, filhos coabitando em domicílio conjugal, sendo o pai provedor do sustento e a mãe cuidadora do lar.

Por conseguinte, compreender essa nova configuração da família e as diferentes possibilidades de convivência de seus membros é considerar a dialética do movimento social. Pois *“... a família não apenas depende da realidade social em suas sucessivas concretizações históricas como também é socialmente mediatizada até em suas estruturas mais íntimas”*, como afirmam Adorno & Horkheimer (*apud* Canevacci, 1976, p. 213)

Assim as transformações na configuração do grupo familiar pode não se constituir em impedimento para sua participação na vida escolar de seus filhos. O que é necessário destacar é que ao solicitar a participação da família na escola com tarefas direcionadas em dias determinados estes projetos não levam em conta as transformações sócio-econômicas e em decorrência a transformação nas necessidades e organização do grupo familiar.

No entanto, recorrer à família para buscar soluções que cabe ao Estado resolver é uma velha prática. O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, teve o significativo empenho dos médicos higienistas para solucionar problemas de natureza político-social buscando o auxílio das famílias.

Em defesa deste recurso Carvalho¹¹ (1994, p.93) coloca: *“retomar a família, como unidade de atenção, das políticas públicas, não é um retrocesso a velhos esquemas. É, sim, um desafio na busca de opções mais coletivas e eficazes na proteção dos indivíduos de uma nação”*

¹¹ Carvalho se refere à retomada do tema família, como unidade de atenção das políticas públicas, culminando com a designação, pela ONU, do ano de 1994, como o Ano Internacional da Família.

Diante desta polêmica, a seguir, vamos recuperar as ações de aproximação entre a Escola e a Família realizadas pelos médicos higienistas, membros da Liga Brasileira de Hygiene Mental, no período de 1925 a 1940.

Antes, porém, faremos uma breve retrospectiva da situação econômico-social no Brasil naquele período, quando ocorriam as ações da LBHM.

CAPÍTULO II – ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Más condições higiênicas da habitação – Alimentação má ou insuficiente – As condições higiênicas da habitação foram apreciadas com base na natureza do imóvel (cortiço).

(MARCONDES, 1942, p.584).

As primeiras décadas do século XX foram prodigiosas em trocas econômicas, sociais e tecnológicas, em escala mundial. Esse período ficou conhecido como o período da transição do capitalismo monopolista e da expansão mundial do capital. Essa expansão produziu transformações substanciais na organização física das cidades, que passaram a conviver com uma desorganização de seus espaços. Essa transição repercutiu nos pensamentos e nas idéias de organização da sociedade e do planejamento urbano, bem como na divulgação dos ideais higienistas.

A situação econômica do Brasil, no início de século XX, era a de um país que havia desenvolvido uma economia cafeeira e dava um incontestável poder econômico aos Estados, que vinculavam as suas forças econômicas à cafeicultura. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que gozavam do direito de contrair empréstimos externos e de arrecadar vultosos impostos de exportação e sobressaíram entre os demais estados, pois conjugaram a cafeicultura com o novo regime de governo, o presidencialismo.

Esse presidencialismo, sob o signo de federalismo republicano, implantou um regime descentralizado, que, apesar de ser coordenado nacionalmente pelo Presidente da República, era controlado por partidos regionais, os quais representavam as oligarquias estaduais dominantes.

Esta forma de política aplicada à cafeicultura expandiu e promoveu mudanças econômicas e sociais. Por essas razões, nesse período houve profundas mudanças econômicas e sociais. Com a abolição da escravatura (1888) e a expansão do trabalho assalariado, a economia e a diversificação do mercado se expandiram. No entanto, a expansão urbana foi abrupta, e, com a ocorrência de geadas, o aparecimento de pragas nas lavouras e a queda internacional do preço do café, a cafeicultura entrou em crise. Os colonos, sem possibilidades de emprego no campo, evadiram-se para os centros urbanos. Por outro lado os colonos demonstravam-se insatisfeitos com as condições do trabalho nas fazendas (FAUSTO, 1982), provocando o acúmulo de despossuídos nas cidades, o que ocasionou um rápido desenvolvimento das cidades e provocou um inchaço no meio urbano, que cresceu sem planejamento sanitário algum. Sobretudo depois da década de 1920, houve um processo de transformação intenso na forma de viver das pessoas, que formavam grupos de favelas ou vilas operárias em centros

urbanos. Essas pessoas enfrentavam novas formas de trabalho nas indústrias, estando mais expostas aos freqüentes acidentes, às doenças e à subnutrição.

O dinheiro público privilegiava os cafeicultores, com a desvalorização da moeda interna, fato este necessário para manter a exportação do café. Essa orientação econômica oficial, centrada no café, causava sérios prejuízos a todos os outros setores da economia e da população que não estavam ligados à cafeicultura.

No pós-Primeira Guerra Mundial, houve uma aceleração no processo de industrialização do Brasil, estimulada pela falta de produtos importados da Europa. Após 1920, esse crescimento industrial passou a ocorrer em ritmo mais lento, chegando quase à estagnação, visto que o mercado internacional se recuperava do período pós-guerra (1ª Guerra Mundial, 1914) e investia no desenvolvimento de técnicas avançadas de produção, enquanto as indústrias brasileiras estavam com máquinas obsoletas e sem condições de competir com o mercado externo, com conseqüências como o desemprego e a miséria com que a classe trabalhadora se deparou nesse cenário do início de século XX.

Por não ter uma estrutura sanitária adequada e possuir condições insalubres de trabalho e de moradia, o novo espaço urbano industrial propiciava a disseminação de doenças em massa, entre elas a malária, a tuberculose, a lepra e outras mais. Conforme relata Basbaum (1968, p. 124), as condições do Rio de Janeiro nesta época podem ser assim resumidas:

... era o Rio uma cidade de ruas tortas, estreitas e mal calçadas, traçadas ao acaso por entre os vales, que em épocas chuvosas se transformavam em lamaçais com as águas que desciam do morro. Não tinha esgoto, a luz de gás, precária, fazia das ruas lugares perigosos à noite.

Essa situação contribuía para que as doenças se propagassem entre as diversas classes sociais, indiferentemente das condições de habitação ou de trabalho, como era o caso das pestilências, levando os setores governamentais a se preocupar com os surtos de epidemias, como se verificou no caso da gripe-espanhola entre 1928 e 1929. Por isso, os serviços de saúde se expandiram, e a questão de saúde da população iria ser tomada pelo Estado. Conforme aponta Luz (1984, p.159), *“através da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, [o Estado] atua no saneamento urbano e rural da higiene industrial e dos serviços de higiene materno infantil”*.

Nesse contexto socioeconômico é que as idéias higienistas tomaram impulso no Brasil. Após a proclamação da República, os postulados positivistas, que se assentavam na ordem e no progresso, ampliavam caminhos para a divulgação das idéias higienistas. Nos centros industriais e portuários, bem como nas capitais dos Estados, a repercussão dessas idéias higienistas era maior, embora elas também atingissem todos os recantos do país. Muitas ações significativas, voltadas ao sanitarismo, foram realizadas, como a da “Reforma Passos”, que desenvolveu intervenções e obras urbanas realizadas na primeira década do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, transformando a morfologia de sua área central.

Dentre os pensamentos voltados à promoção da saúde, como aqueles postulados pelos sanitaristas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas e pelo engenheiro Saturnino de Brito, iremos destacar os pensamentos higienistas que se firmaram com a fundação da Liga Brasileira de Hygiene Mental (1923). Neste contexto de efervescentes mudanças nas relações sociais, que se refletem nas relações familiares e do trabalho, a LBHM se destaca com a proposta e o desenvolvimento de ações higienistas condizentes com as necessidades da época. Na seqüência trataremos de algumas características das reformas educacionais que foram postas em prática na primeira metade do século XX, as quais expressaram e o desenvolvimento dos ideários higienistas e contribuíram para ele.

2.1 AS LEIS E CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

A década de 1920 foi um período de significativa expressão na área da educação brasileira, sendo um período de grandes iniciativas na reforma da educacional. Entre os primeiros renovadores da escola destacam-se Anísio Teixeira, Francisco Campos, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, que sentiam a necessidade de melhor coordenar o trabalho da escola, ampliando sua oferta para todos, pois até aquele momento essa oferta não era abrangente, ficando à família e à comunidade a responsabilidade pela educação dos indivíduos.

Referindo-se a esse contexto, Lourenço Filho (1978, p. 19) afirma que “as primeiras escolas haviam sido criadas em sociedades de singela composição, em que a ação da família, da igreja e da comunidade próxima era bastante à formação

educadora". A escola, organizada por um sistema de ensino público, até esse período histórico ainda não era solicitada pela sociedade, e isto acontecia pelo fato de que as atividades profissionais não requeriam uma aprendizagem escolar.

Como observamos no primeiro capítulo deste trabalho, a família passou por mudanças em sua forma de organização. Essas mudanças foram determinadas, em grande parte, pela industrialização, que intensificava seu ritmo através da diminuição do valor da força de trabalho, pela urbanização crescente, que exigia a força de trabalho feminina, pela expansão da jornada de trabalho e pelo surgimento do sentimento da infância, dentre outras características. As formatações acontecidas na organização familiar favoreciam a classe burguesa, que se fortalecia com o crescente desenvolvimento da indústria e também determinava transformações na organização da família. Na educação, as mudanças também foram necessárias, para atender a uma nova organização social da família e da sociedade como um todo.

Assim no Brasil, na década de 1920, surgiram as primeiras raízes do movimento da Escola Nova. Segundo Lourenço Filho (1978), a origem e a evolução desse movimento correspondem ainda aos fatos históricos influenciados pelos dois grandes conflitos armados ocorridos na primeira metade do século XX, ou seja, a Primeira (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Na origem e evolução do movimento da Escola Nova há, sem dúvida, alguma coisa correspondente a esse sentimento, determinado pela complexidade social decorrente da industrialização, e pelas formas de opressão resultante dos dois grandes conflitos armados deste século, e, enfim, da guerra-fria, em que temos vivido e agora vivemos (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 23).

Dentre as mudanças educacionais enfatizava-se a gratuidade do ensino público, idéia esta já posta por Marx (1998, p.31), ao afirmar que a "*educação pública [deveria ser] gratuita para todas as crianças. [E que deveria haver a] abolição do trabalho infantil nas fábricas na sua forma atual. [Bem como a] combinação da educação com a produção material etc.*"

Marx não manifesta aí uma educação escolar voltada para a formação profissional, educação esta que não qualifica nem o homem nem o trabalhador, como almejavam os burgueses, mas sim, uma educação que oportunize trabalho

para todos. Lênin (apud, MANACORDA, 2002, p.313) interpretando Marx, resume que

não é possível conceber o ideal de uma sociedade futura sem conjugar a instrução com trabalho produtivo da jovem geração. Nem a instrução isolada do trabalho produtivo, nem o trabalho produtivo isolado da instrução poderiam ser colocados à altura do atual nível da técnica e do presente estado dos conhecimentos científicos.

A proposta de Marx (1998) para uma educação politécnica compreende três pontos centrais: educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica. O primeiro ponto não é detalhado pelo próprio autor. O segundo tem como objetivo atenuar os efeitos mutiladores da produção, através de exercícios militares e de ginástica, o que demonstrava a preocupação com a higiene corporal. O terceiro ponto compreende a educação tecnológica, que deve abordar os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, iniciar as crianças e adolescentes na operação de instrumentos de trabalho dos diversos ramos industriais. A combinação desses três elementos colocaria a classe operária acima do nível da aristocracia e da burguesia.

A proposta da mudança educacional no Brasil estava diante do intenso processo de industrialização de base científica e tecnológica, que se modificava utilizando novas fontes produtoras de energia. Havia também a evolução dos meios de transporte, automação das máquinas e do campo, propiciando um crescente processo de urbanização, além do significativo avanço da ciência. que aprimorava a medicina. Tudo isso justificava a necessidade de uma transformação educacional que correspondesse à realidade desta época, que buscava um homem solidário e cooperativo, como esclarece o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (apud GHIRALDELLI JUNIOR, 1994, p.60):

A escola socializada, reconstituída sobre a base da actividade e da produção, em que se considera o trabalho como melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição activa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes.

O Estado Nacional Brasileiro, que estava se formando, requeria um cidadão livre e consciente, com um ensino voltado para um indivíduo com talentos e características diferenciadas, recebendo uma educação laica, ou seja, sem a influência da Igreja, que até o momento havia influenciado ideologicamente a educação tradicional.

Nesse contexto de mudanças e inquietações sociais, as ciências humanas apresentaram novidades para a pedagogia, que desenvolveu novas visões e interpretações de mundo. Desta maneira firmavam-se as idéias do “movimento da Escola Nova”,¹² postulando uma escola pública, universal e gratuita.

No campo político e econômico havia o confronto de idéias entre correntes divergentes influenciadas pelos movimentos europeus, culminando com a crise econômica mundial de 1929. Essa crise iria refletir-se diretamente nas forças produtoras rurais, que, subsidiadas pelo governo, garantiam a produção. A oligarquia dos coronéis dos estados de São Paulo e Minas Gerais, chamada popularmente de “a política do café-com-leite”, iria ser rompida com a Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República e passou a ser um marco referencial da entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior à crise econômica de 1929, possibilitou que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. Mediante esse panorama econômico, o novo mercado industrial passou a exigir mão-de-obra especializada e a educação iria fazer investimentos para responder a isso.

Conjugando política econômica com ideais educacionais, vamos ter no campo pedagógico uma crítica severa à escola, realizada pelos postulantes do Movimento Escolanovista, que denunciavam a escola tradicional em sua forma de priorizar o intelectualismo e a memorização,. Seus defensores viam também a escola como instrumento para estender a todos os indivíduos os seus benefícios, tendo em seus discursos a educação com uma função democratizada de igualar as oportunidades de direito à educação (LOURENÇO FILHO, 1978). Para os educadores escolanovistas, o saber é constituído por conhecimentos e vivências que se entrelaçam de forma dinâmica. Assim a escola deve voltar-se às questões de necessidade prática, adequando o indivíduo ao mundo que se transforma e dando maiores condições para esse indivíduo avançar e progredir na busca de uma vida de condições sociais mais justas.

¹² Ver LOURENÇO FILHO (1978).

Não obstante, as idéias de transformação da escola estavam submetidas à realidade político-social, o que em partes dificultava maiores avanços. Desta forma os escolanovistas não romperam com os ideais liberais, quando silenciaram frente às desigualdades sociais, sem se contrapor aos valores burgueses, e assim reforçavam a adaptação do indivíduo à sociedade. Para Dewey (*apud* LOURENÇO FILHO, 1978, p. 157), a conexão com a realidade e a ação está intimamente posta em lugar em que as idéias muitas vezes não podem penetrar:

...a moral está jungida á realidade da vida, não a idéias, fins e obrigações independentes das realidades concretas. Os fatos dos quais ela depende, que são seus alicerces, procedem das ligações ativas e recíprocas entre indivíduos, são conseqüências das suas atividades entrelaçadas com a vida dos desejos, crenças, dos julgamentos, das satisfações e dos descontentamentos. Neste sentido a conduta e, conseqüentemente o moral é social.

Desta forma, a escola passou a pensar o homem na sua dimensão individual e social, em que o seu agir atinge a sociedade e desdobra-se em ações políticas, que construirão esta sociedade. Portanto, a construção do ser irá propiciar uma reflexão interior que interagirá com as suas ações exteriores. A escola, conduzida pela crença no progresso e na ciência, iria expandir-se, buscando, nas normas éticas, orientar o homem para este tempo histórico, em que a educação deveria desenvolver as aptidões “naturais” do indivíduo. Segundo Azevedo (2002, p. 88), acreditava-se possível “... *ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças*”. O escolanovismo iria representar um marco na redefinição da educação no Brasil e na construção da Escola pública, tendo representatividade significativa neste processo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932 (AZEVEDO, 2002).

No quadro das significativas mudanças que ocorriam nesse período era preciso criar um Brasil novo, um Brasil que deixasse para trás as mazelas do passado e vislumbrasse o futuro. Nesse sentido o, Manifesto dos Pioneiros da educação, que expressava as idéias dos educadores liberais, mas que também recebia a oposição dos conservadores defensores da pedagogia tradicional, consubstanciava-se em um corpo de medidas delineadoras de um novo sistema educacional - sistema este de caráter único, laico, com base científica e sob a responsabilidade do Estado. Tais proposições, contudo, lograram efetivação conforme a correlação de forças existentes na sociedade e assim constituíram-se

em um movimento com avanços, recuos e permanências. O saldo dos embates entre renovadores e conservadores não foi positivo para os renovadores e expressou o modo como o poder estava estruturado no contexto brasileiro, como assinala Romanelli (1994, p.191),

...a vitória dos antidemocratas e conservadores, sendo mais constante, colocaram os destinos da educação, sua expansão e rumos sob o controle desses grupos. Esse controle se exerceu de duas formas. Primeiro, através da contenção da expansão do ensino em limites mais estreitos (...). Segundo, através da criação de uma estrutura de ensino, baseada em valores próprios desses grupos dominantes, valores, portanto, ligados à velha ordem social aristocrática e oligárquica...

Nas ações políticas transparecia o campo teórico da classe dominante, quando o presidente interino, Getúlio Dorneles Vargas, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, e, em 1931, editou decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras, medidas que ficaram conhecidas como “Reforma Francisco Campos”.

Um avanço significativo era a difusão da instrução básica. O Presidente acreditava poder formar um povo com mais consciência e mais apto às exigências de uma democracia que tinha o voto como artifício, e também acreditava construir uma elite de futuros políticos, pensadores e técnicos.

Se as medidas progressistas da educação obtinham êxito, medidas conservadoras também eram lançadas pela Liga Eleitoral Católica (LEC), que pedia a continuidade do ensino religioso na escola, e não a laicidade, como desejavam os renovadores.

No pensamento da Igreja, segundo Ghiraldelli (1994), era importante criar uma ordem política e social fundamentada nos princípios cristãos. Em outras palavras, transformar o regime político num verdadeiro Estado Cristão, em que as normas ideológicas do cristianismo influenciariam a conduta ética do cidadão. Nesse sentido, dois enfoques marcavam a ação da Igreja: em primeiro lugar, a necessidade de uma presença mais efetiva da fé católica na sociedade, e como consequência do primeiro aspecto, uma maior aproximação e colaboração entre Igreja e Estado.

A presença efetiva do ideário católico na educação visava criar uma sociedade que respeitasse os valores tradicionais do cristianismo, e para que essa presença fosse eficaz, os bispos desejavam reconquistar uma série de privilégios e regalias. Dois pontos tinham vínculo direto com a esfera educativa: como dissemos

anteriormente, o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas, e também o direito à obtenção de subvenções públicas para as instituições católicas com finalidade social. Portanto, essa proximidade da igreja com o Estado efetivava-se com o decreto de obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Fausto (1998, p. 333) afirma que a igreja, “*levou a massa da população católica a apoiar o governo*”.

Não obstante, em 1924 havia sido criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que se constituiu no órgão representativo do Movimento Renovador na Educação e culminou em 1932, com o já citado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de iniciativa de 26 educadores, dentre eles: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Cecília Meirelles. Com uma proposta de reconstrução educacional no Brasil, vemos já no início do documento o seguinte:

Na hierarchia dos problemas nacionales, nenhum sobreleva em importancia e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de character econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrucção nacional. Pois, se a evolução orgânica do systema cultural de um paiz depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturaes e o desenvolvimento das aptidões à invenção e iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (apud, GHIRALDELLI JUNIOR, 1994, p. 54).

O Manifesto dos Pioneiros na Educação supõe a educação como um problema social e preconiza uma mudança nos métodos educacionais, fundamentando-se nas descobertas da psicologia, filosofia e sociologia. Busca a mudança propondo a educação como função pública, assegurando escola para todos, pois a educação familiar já não atendia à necessidade do mundo do trabalho. Segundo o entendimento dos renovadores, a escola deveria melhorar quantitativa e qualitativamente. Desta forma, caberia à União fixar um “Plano Nacional de Educação”, coordenando e fiscalizando a educação de todo o país. Pela força dos conservadores da educação e pela característica do governo populista de Getúlio Vargas, a família é reconhecida em seu papel educativo. Para os renovadores da educação, a família não deveria prover à educação escolar, mas deveria ser uma força maior no trabalho educativo da escola,

Por isto, o Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ella dá á escola e na collaboraçã effectiva entre Paes e professores, entre os quaes, nessa obra profundamente social, tem

o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra commum essas duas forças sociaes (apud, GHIRALDELLI JUNIOR, 1994, p. 62).

Portanto, a constituição de 1934 dispõe pela primeira vez que a educação é um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, no caso representados pela escola. O artigo 149 traz a seguinte redação:

A educação é, direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Deste modo, a União estava encarregada de fixar um plano nacional de educação que compreendesse o ensino em todos os graus e ramos, comuns ou especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país, estabelecendo o ensino como obrigatório e gratuito. Nesse plano, os conservadores católicos conseguiram inserir o ensino religioso nas escolas públicas, os colégios particulares foram reconhecidos e a família foi afirmada em seu papel educativo (HORTA, 2001).

O cenário de avanços na educação se mudou quando em 1937 foi instalado o “Estado Novo”, que centrava o poder no Executivo, que por sua vez, era exercido por um governo autoritário. Os debates educacionais não prosseguiram, saindo da sociedade civil e ficando controlado pela sociedade política.

A constituição brasileira de 1937, imposta ao país, foi redigida por Francisco Campos, instituindo o Estado Autoritário, que extinguiu partidos políticos, prescrevendo ao Presidente Getúlio Vargas o controle sobre os poderes Legislativo e Judiciário. Tornava-se o fator limitador dos avanços obtidos pelos renovadores da educação, que foram intimidados pelo autoritarismo implantado.

A Constituição de 1937 enfatizava o ensino pré-vocacional e profissional, sob uma orientação político-educacional que reclamava por preparação de mão-de-obra para o mercado. Enquanto a Constituição de 1934 determinava a educação como direito de todos e obrigação do Estado, como vimos anteriormente, a de 1937 tirava a obrigação de manter e expandir o ensino público. Desta forma, a Lei Constitucional de 1937, em seu artigo 125, estabelecia sobre o dever da educação o seguinte:

A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular (BRASIL, 1937).

Destarte, a educação era responsabilidade da família, a rede pública ofereceria escola gratuita de nível primário, através de uma rede de ensino público e gratuito; o ensino secundário não iria ser ofertado pelo Estado à população, somente quem pudesse pagar uma escola particular poderia manter a continuação da escolaridade de seus filhos. Os operários, sendo aqueles pais que não podiam pagar o ensino particular, deviam encaminhar os filhos para o ensino profissionalizante. Nesse arranjo, para as classes de operários trabalhadores, o ensino seria profissionalizante, o ensino e o trabalho intelectual ficariam para a prole da classe rica. O artigo 130 dessa Constituição nos deixa clara essa posição, estabelecendo que:

O ensino-primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para o caixa escolar (BRASIL, 1937).

Antes da Segunda Guerra Mundial, no período brasileiro do Estado Novo, “governado por um regime fortemente autoritário” foi realizada, na educação, através de decretos, a reforma do ensino secundário, chamada de Reforma Capanema, que regulamentava o ensino técnico-profissional, que não atendeu às demandas de mão-de-obra técnica que a industrialização necessitava. Portanto, organizou-se um ensino profissionalizante (GHIRALDELLI, 1994), paralelo com a rede pública, porém, mais ágil e rápido na formação de mão-de-obra, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o SENAC – Serviço Nacional de atividade Comercial.

Estudar para se preparar para o trabalho era uma forma de inserção na sociedade. Somente após 1945, com a deposição de Getúlio Vargas, é que as idéias liberais de educação, propagadas pelos renovadores da Escola Nova, iriam ser retomadas. Demonstrando a situação dos educadores pioneiros do escolanovismo, Ghiraldelli Junior (1994, p. 89) afirma que:

... muitos educadores liberais, adeptos do escolanovismo, vinham ocupando cargos na burocracia estatal desde os anos 20. A Revolução de 30 não interrompeu esse processo. Educadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço filho e outros continuaram os trabalhos de disseminação da Pedagogia Nova através dos cargos ocupados após a Revolução de 30.

Outro fator que influenciou os escolanovistas, segundo Gadotti (1993), foi que o movimento da Escola Nova se mostrou contraditório, pois no mesmo momento em consideravam os aspectos educacionais sob uma ótica social marxista ou histórico-crítica, também recebia contribuições do pensamento positivo, que primava pela acomodação da ordem e do progresso, sem questionar as diferenças entre as classes sociais.

Os escolanovistas não puderam negar as contribuições do 'positivismo' e do 'marxismo'. Daí constituir-se num movimento complexo e contraditório. Não podemos confundir-lo apenas como um movimento liberal. Seus desdobramentos foram inevitáveis. Mesmo alguns educadores socialistas foram influenciados pela Escola Nova. [...] a 'Escola Socialista', popular e autônoma, como teoria e prática da educação, supera, sem anular, as conquistas anteriores, quer da 'Escola Tradicional', quer da 'Escola Nova' (GADOTTI, 1993, p.148).

É sabido que antes da deposição de Vargas a legislação já estava mais flexível, pois os países direta ou indiretamente envolvidos na Segunda Guerra Mundial aspiravam ao Estado de Direito, ou seja, um Estado em que todos os indivíduos estivessem sob a lei, formando um governo democrático. O Brasil não fugia a essa regra, e a opinião pública e as forças políticas nacionais reivindicavam o retorno do estado de direito. Assim o Presidente também estaria subordinado às leis que regem o Estado democrático, às leis que preservam os direitos de liberdade dos cidadãos.

Nesta abordagem histórica sobre a educação escolar vimos a forma como foi se apresentando o relacionamento entre escola e família. Nas primeiras décadas do século XX, quando surgiram os ideários escolanovistas brasileiros, podemos notar que uma das questões defendidas girava mais em torno da gratuidade do ensino público, procurando saber se o governo proveria educação para todos ou a família tomaria providências acerca da educação de sua prole.

Não obstante, outro relacionamento entre a escola e a família estava sendo realizado paralelamente a estas discussões. Este relacionamento vinha orientado pelos médicos higienistas, apresentando-se os primeiros esforços para

controlar as dificuldades encontradas principalmente nos centros urbanos. A salubridade das cidades iria ser realizada com fundamento nas ciências biológicas que se expandiam, sustentando os ideários higienistas; os médicos, fundamentados nas ciências físicas e biológicas, legitimariam a ciência, na tentativa de formar uma reação em cadeia, estendendo os princípios higiênicos para as gerações posteriores.

A educação iria receber as contribuições das propostas higienistas para a educação. Destarte no próximo capítulo deste trabalho observaremos como os médicos higienistas legitimaram as ciências psicológicas e as biológicas, ao estabelecerem bases nas atividades da escola e na sociedade como um todo.

CAPÍTULO III – O MOVIMENTO HIGIENISTA

A vida política, a econômica, a jurídica, a escolar e a familiar têm todas que evoluir no sentido

biológico. O problema humano é um problema de higiene, resolvido o qual, desaparecerão as causas da miséria humana.

(LUIS HUERTA, apud PENNA, 1997, p. 32)

3.1 O HIGIENISMO LEGITIMA AS CIÊNCIAS

Desde o início do século XVII, a biologia, como as demais ciências, vinha realizando consideráveis progressos. Em Théodoridès (1965), encontramos como as investigações científicas foram estimuladas por um novo modo científico de pensar, o qual proporcionava o desenvolvimento da tecnologia, do conhecimento, do âmbito do direito, da política e da moral.

Este novo modo de pensar inaugura o aperfeiçoamento técnico das formas de investigar, como as regras de investigação científica, que foram formuladas por René Descartes (1556-1650). Entre os seus desdobramentos posteriores, é pertinente observar a invenção do microscópio, que ocorreu no século XVI, mas que seria aperfeiçoado no decorrer do século XVII. Avanços como esses iriam permitir um estudo mais minucioso do seres vivos.

Cientistas como Francesco Redi (1629 – 1696), que já havia avançado nas concepções teóricas da “geração espontânea”,¹³ com seus discípulos Bonomo e Cestoni, através de observações microscópicas, realizaram a descoberta e descreveram o microorganismo “sarcopta da sarna”. Pela primeira vez a medicina e a biologia reconheciam um ser vivo como causador de uma doença. É pela microbiologia que iria se expandir à idéia do *contagium vivum*, que admitia o contágio de doenças causadas por seres vivos. Ao longo do século XIX, estas descobertas microbiológicas iriam ser confirmadas, como é o caso dos microorganismos (bactéria e protozoários), que foram objeto de investigação no século XIX, destacando-se as pesquisas de Ferdinand Cohn, considerado como fundador da bacteriologia morfológica.

Muitos cientistas se destacaram, como o médico francês Cassimir Davaine e o alemão Robert Koch, que confirmaram o papel patogênico de uma

¹³ Teoria da geração espontânea – desde a Antiguidade acreditava-se que certos animais invertebrados, como por exemplo, insetos e vermes, e também alguns animais vertebrados como sapos, rãs, enguias entre outros, nasciam espontaneamente no meio em que viviam, ou seja, na lama, no lodo, ou nos fragmentos orgânicos em decomposição. Esta teoria da *geração espontânea* foi combatida, mais enfaticamente, pelo naturalista italiano Francesco Redi (1629-1697). (THÉODORIDES, 1965).

bactéria, o “bacterídio carbonoso”, agente da doença do carbúnculo. Esses avanços, mais tarde, iriam se expandir nas pesquisas de um dos mais notáveis microbiologistas, Louis Pasteur. Este cientista revolucionou a medicina e a biologia com suas descobertas, em que demonstrava o papel patogênico dos micróbios, descrevendo-os e preparando vacinas destinadas a combatê-los.

Dentre os muitos avanços, nas últimas décadas do século XIX, na área da microbiologia, seria a partir das descobertas realizadas por Pasteur sobre o mundo dos micróbios que se iriam descobrir muitas espécies capazes de produzir doenças. Essas e outras descobertas no campo da microbiologia contribuiriam para que os princípios higienistas se fortalecessem e estimulassem ações nos campos sociais da educação e da família, dentre outros.

Os avanços das ciências foram incorporados a uma série de propostas e encaminhamentos, que os médicos higienistas desenvolveriam no final do século XIX e início do século XX, em vários países, e no Brasil, através da Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM). Essa Liga foi fundada em 26 de Janeiro de 1923, por Gustavo Riedel, e era dirigida por, psiquiatras, médicos, juristas, educadores e jornalistas. Segundo Lopes (1925a), no Brasil, essas ações estavam se desenvolvendo satisfatoriamente, considerando-se que em outros países tidos como mais desenvolvidos elas ainda insistiam em divulgar esclarecimentos sobre o higienismo. Como exemplo temos o caso dos Estados Unidos, onde, apesar de a campanha pela higiene mental ter sido iniciada desde 1907, por Clifford Beers¹⁴, em 1924, foi publicado na Revista de Psiquiatria um artigo que se intitulava *O que é hygiene Mental?* Isto demonstrava que ainda havia necessidade de se divulgar a higiene mental, e que também o assunto estava em expansão.

Sabemos que no Brasil já se reconheciam e realizavam ações que vinham favorecendo a "conservação da saúde intelectual e moral dos indivíduos", pois, antes da criação da LBHM, havia sido inaugurado, em 13 de junho de 1920, o primeiro instituto de higiene mental da América do Sul. Esse instituto, denominado Instituto de Prophylaxia Mental do Engenho de Dentro, foi fundado por Gustavo Riedel, que buscou doações de particulares e

¹⁴ Clifford Beers foi um filantropo de alta estirpe moral e intelectual, que se interessou pela psiquiatria, após ter tido uma psicose funcional, que o levou para o internamento. Curado, escreveu *Um espírito que encontrou a si mesmo*, em que divulga a idéia de regras capazes de prevenir as doenças mentais, combatendo preceitos errôneos sobre os males que atacam a mente, realizando, também, um trabalho de campanha pela higiene mental, nos Estados Unidos, em 1907.

donativos para construir um ambulatório, e investimentos públicos para a manutenção dos serviços prestados. Lopes (1925b, p. 156) afirma que este Instituto tinha a finalidade de

... realizar a prevenção das doenças mentaes pelos methodos modernos, pôr em pratica os mais úteis objetivos eugenéticos e, como pretexto prestar *optima assistencia* médica a grande parte da população pobres de subúrbios do Rio de Janeiro.

Com a ampliação do atendimento às doenças mentais, quer pelo internamento quer por atendimento domiciliar, mediado por enfermeiras “monitoras de hygiene mental” e por médicos “visitadores”, foi levada até as famílias dos doentes a propagação das práticas de hygiene mental e de eugenética, por meio de folhetos com conselhos práticos, ilustrados com figuras. Podemos encontrar em Lopes (1934, p. 166) recomendações para a atuação das visitadoras domiciliares:

É ás visitadoras em apreço que incumbe ir, nos lares, não unicamente recolher dados e informações, senão desenvolver uma intelligente propaganda higienica e, nos casos indicados, convencer venham á presença do médico todas as pessoas predisposta ás neuro-*psychopathias*, ou já doentes desses males.

O projeto de hygiene mental fazia-se necessário, dentro do contexto da época, como um recurso preventivo das degenerações da mente. Fontenelle (1925, p. 195) afirma que:

A hygiene mental é uma parte importante da actividade mental, que já exige ser tomada em consideração em nosso meio, dado o enorme peso que exercem as deficiencias e degenerações *psychicas* sobre a *colletividade*, quer como encargos financeiros rapidamente crescentes, quer representando avultadas somas de infelicidade e de sofrimento humanos.

No momento em que os médicos, firmados nos avanços científicos, entendiam que as deficiências e degenerações psíquicas eram produzidas por hereditariedade ou pela situação econômico-social, a hygiene pública também teria que ser feita de uma forma orientada pelas ciências físicas e biológicas, num trabalho extenso, que seria colocado além da defesa de doenças,

considerando que as partes física e psíquica encontravam-se entrelaçadas no funcionamento do organismo humano. Segundo menciona Fontenelle (1925, p. 1),

essa hygiene mental apresenta duas faces: uma, tendo em vista o trabalho contra as causas de degeneração psychica, é a prophylaxia mental; outra, procurando preparar o equilibrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio physico e social, é a hygiene mental propriamente dita.

Um canal útil para se efetivar um trabalho profilático seria o canal do processo educativo, seja escolar seja através de orientações a grupos comunitários, com panfletagem e outros meios de diálogo, pois as pessoas comuns e sem instrução, os trabalhadores das indústrias e os de mão-de-obra rural precisavam ser orientados sobre as causas e conseqüências das doenças, para então evitá-las. Isto porque, apesar do avanço da ciência, as informações não atingiam as pessoas em geral, ficando restritas à classe médica. Portanto, era objetivo da Liga desenvolver um trabalho de prevenção às doenças por meio de ações voltadas às práticas higiênicas.

Desenvolvendo estas ações, entre outras que apontaremos na continuidade deste trabalho, a LBHM, sediada no Rio de Janeiro, foi reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4.778, datado de 27 de dezembro de 1923, e segundo seu Estatuto, tinha como finalidade:

Artigo 1º. (...)

- a)** prevenção das doenças nervosas e mentaes pela observância dos princípios da hygiene geral e especial do sistema nervoso;
- b)** proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentaes passíveis de internação;
- c)** melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentaes em asylos públicos, particulares ou fóra delles;
- d)** realização de um programa de Hygiene Mental e de Eugenetica no domínio das actividades individual, escolar, profissional e social (grifo nosso).

Para atingir seus objetivos, o Estatuto propunha as seguintes incumbências à Liga:

Artigo 2º (...)

- a)** actuar junto dos poderes públicos federaes, estadoaes e municipaes, suggerindo medidas e obtendo realizações;
- b)** propagar as modernas idéas sobre prophylaxia mental;
- c)** estudar todos os problemas relativos á hygiene do systema nervoso;
- d)** publicar periodicamente os seus trabalhos em revista por elle mantida;
- e)** promover a realização de Congressos de Hygiene Mental e de Eugenética;
- f)** manter relações com associações congêneres nacionais e estrangeiras;
- g)** instalar em sua sede social, uma bibliotheca relativa á hygiene mental e sciencias affins, franqueando-a a todos os interessados.

Com esta orientação, a Liga Brasileira de Hygiene Mental iria prestar serviços à hygiene pública, no momento em que a industrialização em ritmo crescente exigia cada vez mais o esforço físico e psíquico dos homens, que trabalhavam muitas vezes em ofícios insalubres, o que agravava o surgimento das doenças. E mesmo em condições normais de trabalho, os operários chegavam ao esgotamento físico ou nervoso. Nesses casos, Penafiel (1925, p. 12) recomendava que

A Liga de Hygiene Mental têm que deixar de lado a influência exercida por habitações malsans ou de nutrição insufficiente. E até no que concerne á fadiga que certos trabalhos causam principalmente ao systema nevoso, fadiga que pode ser de três espécies, muscular, por choques moraes (emoções), e intelectual, o papel daquella Liga deve cifrar-se, - uma vez que o problema do trabalho industrial não póde mais, hoje em dia, ser tratado unicamente qual um ramo da mecânica applicada ás sciencias naturaes, - no estudo, sobretudo, do elemento psychico que envolvem taes problema.

A expansão das ações higienistas proporcionava condições de realizar um trabalho de cunho preventivo de saúde mental, que não era voltado somente para a assistência do corpo, mas também servia ao comércio e à indústria moderna, com serviços médico-psicológicos. Penafiel (1925) chama a atenção para as questões do esgotamento nervoso, de que muitos operários eram acometidos, em vista do grande desgaste físico e psicológico causado pelos trabalhos intensos e repetitivos nas indústrias e no comércio. Portanto,

a Liga deveria dar atenção também às causas psíquicas do homem, e apontava três questões, as quais considerava interessarem ao homem do comércio e ao industrial, que procuram bons colaboradores e operários úteis:

- 1º - Como conhecer as qualidades mentaes que fornecerão o melhor rendimento para os trabalhos a executar;
- 2º - Que condições psychologicas asseguram o melhor e o mais considerável rendimento de trabalho;
- 3º - Que meios educativos elevarão ao máximo as faculdades de que a industria e o commercio têm necessidade. (PENAFIEL, 1925, p. 13).

Assim, a ciência tinha a importante função de assessorar na organização do trabalho industrial, pela prática da psicologia experimental, no intuito de prevenir doenças mentais e nervosas. Um trabalho com características preventivas e não somente de assistência, mas de intervenção na conjuntura da vida social, despontava, portanto, como novidade em campanha pela higiene mental. Desta forma, Lopes (1925b, p. 155) afirma que

Quem lance um olhar sobre o desenvolvimento da psiquiatria nos últimos tempos reconhecerá que essa sciencia, já não se occupa em exclusivo com o tratamento de alienados durante a internação. Cada vez mais se verifica a necessidade que há de intervenção da psiquiatria em numerosos casos da vida social.

A expansão dos objetivos da LBHM se encaminharia para além do tratamento dos psicopatas e de assistência profilática, pois a Liga passava a realizar programa de higiene mental e de eugénica, empenhando-se em melhorar o nível de saúde, seja no trabalho (indústrias) seja nas escolas. Desta forma, buscando apoio nos poderes públicos federal, estaduais e municipais, a Liga propôs e realizou medidas de higiene mental nos meios militares, educacionais, industriais, dentre outros, buscando, assim, atingir a totalidade da população.

Segundo seu estatuto, após uma reformulação que aconteceu em 28 de fevereiro de 1928, a Liga passou a ter 12 Sessões de Estudos (LBHM, 1929, p. 45) de caráter permanente, com no máximo 20 membros cada uma, sendo elas:

Artigo. 32º - (...)

- I – Dispensários e assistência social.
- II – Assistência hospitalar aos psychopathas.
- III – Legislação Social.
- IV – Medicina Legal e Prevenção da delinquência.
- V – Educação e Trabalho profissional.
- VI – Ensino e vulgarização da Neuro – Psychiatria.
- VII – Hygiene Militar.
- VIII – Propaganda e Publicidade.
- IX – Puericultura e Hygiene Infantil.
- X – Medicina e suas relações com o systema nervoso.
- XI – Cirurgia em suas relações com o systema nervoso.
- XII – Psychologia Applicada e Psychanalyse.

Estas sessões de estudos tinham a intenção de buscar meios para a propagação dos bons hábitos de higiene para todas as instâncias da sociedade, pois os higienistas entendiam que o que dificultava a aquisição e manutenção dos bons hábitos higiênicos era a vida urbana conturbada que as pessoas experienciavam.

Com este intuito, a higiene mental iria agir, sobretudo, na formação da criança, considerando esta atuação necessária desde os primeiros dias de vida, diante da necessidade de um acompanhamento das sensações dos bebês, no primeiro ano de nascimento.

“A educação da criança há de vir do berço, se não quisermos consentir os motivos que a farão sofrer mais tarde” (ZBINDEN *apud* VIANNA, 1925, p. 178), pois, segundo os higienistas, para crescer com energia e equilíbrio moral, devem-se equilibrar os tratos com a criança, não exagerando nos mimos, ela deve ser aconselhada a fiscalizar sua alimentação, para que seja nutrida conforme as regras estabelecidas. Ainda na concepção de Zbinden (*Ibid.*, p. 178), na proteção da criança devem ser observados os preceitos da higiene física e mental, pois além dos cuidados com o corpo, não convém tratá-los de coitadinhos e queridinhos, predispondo a criança a um sentimentalismo. Neste mesmo pensamento, Olinto (1934, p. 122) afirma que

A verdadeira prophylaxia infantil, a verdadeira eugenia, resume-se em educar. Primeiro pelo exemplo, na fase da imitação, depois, pela implantação de hábitos sadios, na fase da compreensão, finalmente pelo estudo na fase da invenção. [...] A felicidade está em almejar pouco e trabalhar muito. Activo, alegre, ocupado, é o homem feliz.

Notamos que há um princípio de ordenação e ajustamento do indivíduo, de que, nesta forma de pensar, colocam-se os princípios da ordem

das regras e do cultivo ao trabalho como meio para se conseguir felicidade. Destarte, a ciência aqui legitima a dedicação ao mundo do trabalho e à obediência treinada, sendo isto parte dos fundamentos da ideologia liberal.

Devemos reconhecer que as questões divulgadas pelos higienistas eram fundamentais para as questões de saúde pública da época. Os preceitos higienistas contribuíam atendendo ao anseio da população, que tinha carência de assistência médica e de orientações para combater as causas das doenças, as quais eram disseminadas em meio à população sem distinção de classe social. Desta forma, eram valiosas as orientações higienistas.

. Para Vianna (1925, p. 180), “*as vozes autorizadas da ciência, alargam a missão social da medicina*”, deixando aparente o quanto estava presente o crédito na ciência como redentora dos males da nação, visto que “*confiamos no método científico e prevemos, em futuro próximo, a redenção sanitária de nossas populações*” (Ibid., p. 180). Dessa forma, para esta redenção, eram ativadas medidas preventivas contra as causas de degeneração da raça. Para alcançar esses propósitos, os higienistas traçaram caminhos e registraram seus modos de pensar e agir na sociedade do início do século XX, e quando os observamos os documentos destes registros, temos um melhor entendimento de seus propósitos, e é isto que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – O CAMINHO CONSTRUÍDO

(...) a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão do conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor.

(MAISONS-LAFFITTE apud ARIÈS, 1981, p. 9)

4.1 O TRAJETO DE NOSSA PESQUISA

Na investigação das propostas que os higienistas realizaram nos campos familiar e escolar, nas primeiras décadas do século XX, analisaremos os importantes meios de promoção e divulgação de seus ideários, os Archivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), divulgados no período de 1925 a 1940. Estes eram publicações periódicas, cujos conteúdos compreendiam as propostas e ações, do movimento higienista no Brasil. São também ferramentas úteis para estas análises os Anais do 1º Congresso Nacional de Saúde Escolar de 1942, os Anais do III

Congresso Brasileiro de Hygiene publicado em 1929, como também algumas teses da I Conferência Nacional de Educação, que foi realizada em 1927, na cidade de Curitiba.

De posse desses materiais, buscaremos contextualizar historicamente as formas como os higienistas propuseram as ações dirigidas à escola, no intuito de que esta desenvolvesse trabalhos com a família. Ainda observaremos quais eram as orientações para as questões postas neste início de século XX pelos higienistas, em um momento histórico em que a educação brasileira foi envolvida pelo ideário renovador das práticas pedagógicas no âmbito escolar. Vale lembrar que nessa época, o Brasil incrementava o processo de industrialização e urbanização, que já acontecia nas chamadas nações desenvolvidas. Assim, os ideários de modernização tomavam conta dos meios intelectuais, indicando a urgência das transformações, que deveriam abranger os setores produtivos e também a mentalidade da população. Essa idéia modernizadora tornava imprescindível uma total renovação de hábitos comportamentos e modos de pensar do homem brasileiro.

Nesse contexto, a escola era vista como um espaço privilegiado para a inserção do ímpeto transformador; uma escola renovada, evidenciando uma educação nova, com bases no movimento escolanovista, que havia surgido na Europa e nos Estados Unidos em fins do século XIX. Este movimento opunha-se às práticas pedagógicas tidas como tradicionais, as quais sustentavam as ações pedagógicas nas escolas. O ideário renovador da educação escolar visava a uma educação que pudesse integrar o indivíduo na sociedade e, ao mesmo tempo, ampliar o acesso de todos à escola (LOURENÇO FILHO, 1978).

Anísio Teixeira, um dos maiores representantes do movimento escolanovista no Brasil, afirma que a escola é um local propício para a construção de uma consciência social, lugar onde o indivíduo adquire valores e condições para formar o ser social. Assim ele discorre:

Como a escola visa formar o homem para o modo de vida democrático, toda ela deve procurar, desde o início, mostrar que o indivíduo, em si e por si, é somente necessidades e impotências; que só existe em função dos outros e por causa dos outros; que a sua ação é sempre uma trans-ação com as coisas e pessoas e que saber é um conjunto de conceitos e operações destinados a atender àquelas necessidades, pela manipulação acertada e adequada das coisas e pela cooperação com os outros no trabalho que,

hoje é sempre de grupo, cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um (TEIXEIRA, 1968, p. 10).

Na visão desse autor, a escola deve ser agente da contínua transformação e reconstrução social, colaboradora da constante reflexão e revisão social frente à dinâmica e mobilidade existente em uma sociedade democrática.

É neste contexto que a educação, pautando-se em linhas gerais pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita, e também pelos princípios pedagógicos renovados, abre espaço para as ações de articulação entre família e escola. Discorreremos sobre a proposta higienista, buscando a forma como ela se relacionava com a educação escolar e com as famílias, nos aspectos da higiene corporal e mental.

Foram os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, registrados pelos médicos higienistas, que nos proporcionaram a observação das relações entre a família e a escola e como estas se desenvolviam neste contexto histórico do início do século XX. Por esta razão, voltaremos nossa atenção para esta publicação no que se refere às ações dos higienistas para aproximar a escola da família.

4.2 OS ARCHIVOS BRASILEIROS DE HYGIENE MENTAL

Os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental (ABHM) são uma publicação da Liga Brasileira de Hygiene Mental, na primeira metade do século XX, voltada à divulgação do pensamento e das ações dos médicos higienistas da referida Liga. Na sua composição, apresentam-se artigos e resenhas científicas e ainda quadros de noticiários sobre as ações e movimentos da Liga. Segundo Caldas (1930, p. 76) “*A Liga que, em 1925, publicara 2 números de uma revista semestral intitulada ‘Archivos brasileiros de Hygiene Mental’, fê-la voltar à circulação como revista mensal, em outubro de 1929*”. Caldas se refere à volta dos ABMH, em 1929, pelo fato de que nos anos de 1926, 1927, 1928 e até setembro de 1929 não houve publicação dos ABHMs. As causas da não-publicação não são explicitamente postas, porém, em seu discurso, esse higienista se refere à falta de recursos e às dificuldades que a Liga enfrentava no intento de seus objetivos.

Sempre que a diretoria desta instituição se empenha na consecução de um 'desideratum', surge um obstáculo que lhe embaraça e lhe detem a marcha. Ainda neste momento vê-se a Liga na dura contingência de abandonar a sua sede actual em virtude de determinações do Snrs. Ministro da justiça e do Diretor do Instituto de Surdos-Mudos (CALDAS, 1930, p.76).

A conquista de se fazer uma publicação mensal dos ABHMs era um dos objetivos da LBHM, declarado no ano de 1925, quando a redação da revista publicou, em sua abertura do número I, que os Arquivos, que haviam sido publicados duas vezes durante o ano de 1925, deveriam ser publicados mensalmente nos anos subseqüentes, visto que, no 2º artigo, na alínea d, o Estatuto da Liga Brasileira de Hygiene Mental lançava a seguinte meta para consecução de seus objetivos:

d) publicar periodicamente os seus trabalhos em revista por ella mantida;

Os artigos publicados nos ABHMs eram escritos pelos seus associados, sendo mais recorrentes as publicações de artigos dos médicos membros da LBHM: Ernani Lopes, Renato Kehl, Gustavo Riedel, Henrique Roxo, J. P. Fontenelle, dentre outros.

Na concepção dos higienistas, as idéias difundidas nos Arquivos deveriam ser divulgadas a todas as classes sociais; para isto, a revista não traria somente artigos científicos, mas colocaria boletins e prospectos procurando difundir as normas de "hygiene" e "neuro-pisychica" às camadas populares. Como exemplo, as exortações realizadas às mães, na cerimônia de inauguração da *Clinica de Euphrenia* (1932), em que o Cardeal D. Sebastião Leme (LBHM, 1932, p.81) se dirigiu às mães com a seguinte exortação:

EXHORTAÇÃO ÀS MÃES

MÃE extremosa!

Teus filhos são a relíquia mais preciosa que possues.

São o teu sangue e a tua própria vida.

[...]

Não te esqueces nunca de os alimentar, de mudar as suas roupinhas, e de o ninar, de o fazer dormir "o somno da innocencia".

[...]

O teu filho cresceu, tornou-se homem, a tua filha também se tornou mulher.

Era o momento de sentires a felicidade integrada no teu lar, e a alegria de ter cumprido condignamente a tua missão de mãe.

[...]

... porém, appareceram terríveis decepções: teu filho que desde a infância se mostrara um menino teimoso e pugnaz, tornou-se um criminoso...
[...]

... Muitos doentes nervosos e mentaes, muitos criminosos e viciados, que hoje se encontram nos manicômios, nas prisões e até nos salões elegantes da sociedade, seriam pessoas equilibradas e felizes se a sua infância tivesse sido convenientemente vigiada, si as suas anomalias constitucionaes, os seus vicios e defeitos de comportamento tivessem sido tratados ou corrigidos desde o infício.

Nesse fragmento de texto, notamos que o objetivo de alcançar as famílias e as pessoas de todas as classes sociais estava sendo buscado, visto que o texto também foi distribuído, posteriormente, como folheto de propaganda.

Desta forma, as ações da Liga se expandiram através dos ABHMs, passando também a ser uma via para alcançar os médicos do interior do país, que desejavam trocar idéias com especialistas da Liga, sobre as novidades relativas aos métodos profiláticos e às doenças nervosas e mentais. Abriu-se, portanto, nos Arquivos, uma “Secção de Informações Neuro-psychiatricas”.

Os “Archivos”, como órgão official da Liga Brasileira de Hygiene Mental, têm uma grande e nobre missão a realizar: Órgão de doutrina e de combate, elles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideaes de hygiene mental e eugenia, que consubstanciam o programa d’aquela Instituição.

Apparecendo no dia 15 de cada mez, esta revista circulará intensamente na Capital da República e nos estados, levando a todos os recantos do Brasil a opinião, os appellos e conselhos dos nossos mais eminentes neuro-hygienistas (CALDAS, 1929, p. 2).

É significativo atentarmos para o fato de que o movimento higienista cresceu a medida que se desenvolvia a as ciências atendendo às necessidades de higienização física e mental do indivíduo, essencial ao desenvolvimento da sociedade e amenização dos os problemas que afligiam a sociedade da época.

Um canal eficaz para desenvolver os ideários higienistas iria ser a relação da escola com a família do aluno. Portanto a estas duas instâncias serão dirigidas as ações pensadas pelos higienistas, as quais observaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO V – AS PRÁTICAS HIGIENISTAS

*“É imprescindível a assistência social às **famílias**, atraindo-as ao seio das **escolas**, interessando-as nos trabalhos que aí se processam, atuando nos pais”...*

(AZEVEDO, 1942, p. 551)

5.1 AS AÇÕES HIGIENISTAS

Os problemas escolares mais enunciados pelos educadores nas primeiras décadas do século XX são a repetência e a desistência dos alunos, além da falta de frequência escolar (BOISSON, 1942). Podemos observar que estes assuntos foram largamente debatidos no Primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar, realizado

na cidade de São Paulo, em 1941, o qual contou com a participação de professores, delegados de ensino e representantes da Liga Brasileira de Higiene Mental.

O problema da repetência e desistência do aluno, nos meios escolares, exigia a busca de soluções, considerando-se, como parte de suas causas, do ponto de vista pedagógico, a falta de professores especializados para a alfabetização e a heterogeneidade de maturação dos alunos. Por isso, procedeu-se à seleção das turmas, realizada através de testes, os quais se fundamentavam na psicologia e eram aplicados pela escola, a qual buscava formar turmas homogêneas, de alunos com níveis de maturação equivalentes. Segundo (AZEVEDO, 1942, p. 560), para organizar uma classe de alunos dever-se-ia:

- Distribuir os alunos em classes, de acordo com os resultados obtidos pelos testes (forte, média e fraca).
- Reajustar, no fim de um ou dois meses, os alunos mal ajustados às classes em que foram distribuídos.

Os educadores esperavam que seguindo estas orientações os problemas, em especial o de repetência, seriam minimizados. No entanto Boisson (1942), comentando a questão, ponderou que a repetência não acontecia somente nas primeiras séries, sendo também uma preocupação pedagógica nas séries seguintes, e a justificava por diversos fatores, como deficiência no ensino da leitura e da escrita, a heterogeneidade das turmas e o excesso de alunos por classe escolar. Também há que se considerar o extremo rigor na condução da disciplina dos alunos (escola tradicional), bem como o excesso de liberdade proposto pelos modelos pedagógicos tidos como inovadores (escola ativa).

Neste contexto de início do século XX, do ponto de vista médico-social, a escola deveria estar em contato com a família em que a criança convivia, atuando junto aos pais, através da assistência social. A interação proposta apontava para o assistencialismo às famílias, atraindo-as para a escola, a fim de melhor compreendê-las e ajudá-las.

A escola, diante dos problemas pedagógicos mais eminentes, tais como a reprovação, a falta de frequência e a evasão do aluno, propiciava um espaço ideal para a aplicação de medidas de caráter higienista. Entre essas medidas, que tinham a intenção de intervir na sociedade visando a melhorias nos seus procedimentos

higiênicos, foram encaminhadas propostas de atuação não somente com o aluno, no âmbito escolar, mas também junto à família.

Desta forma, os professores, as educadoras sanitárias, os médicos e os dentistas estariam atuando junto aos pais. Aos professores, segundo Azevedo (1942), caberia a realização da educação higiênica em geral e da higiene alimentar, através de aulas, utilizando-se de recursos como cartazes, cardápios diários, pesquisas e questionários, e se houvesse a necessidade de um trabalho mais intenso, o professor receberia auxílio da educadora sanitária. O professor deveria observar também os problemas dentários e de acuidade visual e auditiva dos alunos, problemas estes que se acreditava serem os causadores das dificuldades na aprendizagem, bem como da não-freqüência e até mesmo da evasão dos alunos. Neste caso, os que apresentassem algum desses problemas deveriam ser encaminhados ao serviço público de saúde. E ainda o professor deveria encaminhar à educadora sanitária os casos de alunos que apresentassem problemas de deficiência física ou mental.

Para a educadora sanitária era passada a incumbência de fichar todos os alunos encaminhados por seus professores e visitar os domicílios desses, com a finalidade de levantar as condições econômicas, morais, higiênicas e de saúde em que viviam essas famílias.

O fichamento dos alunos, nesse momento histórico, orientava-se pelo método indutivo, ou seja, era aplicada a forma de partir do concreto para o abstrato nas ações da escola. A ação de ir à casa do aluno e documentar as características necessárias para orientar a ação dos professores e profissionais despertava uma certa confiança na educação. Também esta ação demonstrava que a racionalidade pedagógica articulava-se com os princípios de racionalização da produção e da vida social: partir da documentação do conhecido, para obter formas viáveis aos problemas desconhecidos. Spinola (1929) descreve a ficha sanitária utilizada no serviço escolar do Estado da Bahia, a qual contém as seguintes informações: Nome do aluno, idade, cor, responsável pelo aluno, antecedentes de doenças na família, os antecedentes pessoais e exame somático, e também os números do peso e a medida da altura do aluno. Desta forma, poderiam detectar os alunos portadores de doenças, encaminhando-os para os médicos especialistas.

Essas medidas foram postas como tendentes a solucionar, principalmente, o problema das reprovações. Azevedo (1942, p.559) observa que a

educadora sanitária “*deveria fichar todos os alunos, em geral, e especialmente os que foram encaminhados por razões particulares e urgentes*”. Assim, em caso de necessidade, esta educadora encaminharia o aluno à assistência médica e ao serviço de higiene mental ou à assistência dentária.

Ainda para a solução das questões tidas como problemáticas na educação escolar, Azevedo (1942, p. 560) sugeria “*Atrair os pais ou responsáveis à escola para solução de todos os problemas que dizem respeito ao educando: freqüência, saúde, alimentação, vestuário e higiene em geral e maneira de educar os filhos*”.

Sendo assim, pensando estar agindo diretamente na solução dos problemas considerados como as causas do insucesso escolar do aluno, os educadores, fundamentados no ideário higienista, procuravam minimizar a ocorrência desses problemas que se evidenciavam na escola. Eles acreditavam que, para que esta educação sanitária se efetivasse, além da formação de hábitos sadios nos alunos das escolas primárias, deveriam ser prescritas orientações sanitárias para a família e para o meio em que a criança estivesse inserida. Oliveira (1929) comenta o problema de se trabalhar com a criança sem se fazer um trabalho com a respectiva família, afirmando que isso dificultaria o alcance dos objetivos propostos, pois a família era o lugar onde a criança convivia a maior parte do tempo. Em sua reflexão, ele afirma:

como valerá tentar formar hábitos sadios às crianças de famílias de syphiliticos ou de tuberculosos desprotegidos de assistência sanitária, que vão disseminando males, arruinando a raça e que, desamparados de instrução sanitária, ficam entregues aos próprios recursos (OLIVEIRA, 1929, p. 801).

A educação sanitária apenas através da escola precisava de um certo tempo para atingir seu objetivo. Logo, se a escola se aliasse à família, este processo seria acelerado, alcançando mais prontamente seus objetivos, pois a educação sanitária, uma vez vinda da família, precederia a educação escolar.

Os higienistas propunham a instrução sanitária para a família, justificando-a pela heterogeneidade da população brasileira, que naquele momento recebia grande leva de imigrantes. Segundo os higienistas, estes imigrantes vinham carregados com todos os tipos de males, “*analfabetos incultos, com hábitos viciosos, tarados, pervertores da ordem e da sociedade*” (OLIVEIRA, 1929, p. 802).

Caberia, portanto, aos trabalhos da educação sanitária e da saúde pública a formação dos hábitos sadios de higiene na população. No entanto, podemos observar que a assistência sanitária às famílias, que acontecia dentro e fora da educação escolar, estava impregnada pelo discurso eugenista de melhoria da raça, como podemos observar no discurso de Oliveira (1929, p. 803), ao afirmar que,

Com efeito, é forçoso assistir a população aos grandes males que a afligem; organizar contra a mortalidade infantil, contra a syphilis, contra a tuberculose e contra tantos outros menores males que deprimem, enfraquecem e estiolam a grandeza da raça.

A família era, conseqüentemente, encarregada das primeiras e principais orientações; entretanto, sabemos que não basta somente conhecer os preceitos higiênicos, é preciso ter as condições básicas para praticá-los, como boas condições de moradia, infra-estrutura sanitária apropriada, alimentação adequada e boas condições de trabalho. A questão da higiene era bem mais complexa, pois se tratava de uma situação de pobreza que afligia as famílias dos alunos, como já pontuamos anteriormente neste trabalho. Legitimado pela ciência como meio de preparar as pessoas para enfrentar a situação social calamitosa, o ideário higienista se colocava tanto na área educacional escolar como em outras áreas da sociedade.

Se mais de 90% dos brasileiros não sabem ou não têm suficientemente educadas a inteligência e a vontade para defender e melhorar incessantemente a própria vida é evidente que não contribuem para a defesa e melhoramento da vida da família, da sociedade e da espécie (PENNA, 1997, p. 30).

Notamos que as questões sociais voltadas ao contexto de miserabilidade em que vivia grande parte das famílias brasileiras são postas como problema da falta de conhecimento científico. Assim, a escola, ao propagar os conhecimentos científicos ao aluno e à sua família, estaria realizando o encaminhamento necessário para a resolução dessas questões sociais, mais recorrentes na classe operária. Angelis (1997) afirma que somente a execução de um trabalho dos órgãos públicos voltados à profilaxia e ao saneamento, sem a conscientização dos indivíduos da necessidade de se ter uma prática higiênica, não seria suficiente para o combate aos males que afligiam a sociedade. Assim,

É preciso a educação, como o maior recurso para os milagres da regeneração física. A educação higiênica se impõe, como um postulado da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, como um dilema de sobrevivência ou iluminação (ANGELIS, 1997, p.445).

Visto desta forma, reforça-se a necessidade de ensinar hábitos higiênicos à família, pois, segundo Fontenelle (1925. p. 8),

os hábitos mentais iniciam logo após o nascimento, quando devem ser formados os hábitos de regularidade para dormir e para se alimentar. Essas primeiras adaptações levarão o indivíduo a se ajustar às condições sociais, para uma convivência harmônica, o cuidado com a inteligência e com a conduta do indivíduo deverá ser realizado ainda na fase de criança.

Outro aspecto que deveria ser considerado, para o êxito da educação, era o exemplo que o adulto demonstra às crianças, visto que a criança segue uma tendência imitativa até que ela possa desenvolver sua autoconfiança, resultando no domínio de si mesma. Nas orientações dos médicos higienistas para a educação das crianças, é apontada a necessidade de se combater o excesso de sentimentalismo da família para com seus filhos. Conforme explica Olinto (1942, p. 635):

Os processos de dor e de prazer físicos tornam-se pouco a pouco psíquicos, com o desenvolvimento e durante a formação da personalidade. O choro, o cultivo do choro e sua animação na criança, os carinhos demasiados, o escândalo diante de suas quedas, a incitação à vingança quando a criança se machuca numa porta de automóvel – porta má, mesa má, fez dodói no bebê, - os socorros exagerados, as defesas inoportunas, etc., predis põem a criança ao sentimentalismo, quando não a uma convicção de sofrimento e de inferioridade.

Segundo os higienistas, os pais devem ser orientados para educar a criança quanto mais cedo possível, deixando-os enfrentar dificuldades, experimentando as frustrações e alegrias da realidade da vida, e, assim, desenvolvendo a capacidade de resolver sozinho as dificuldades, tornariam possível o domínio dos seus próprios atos. Deste modo, acreditava-se que o indivíduo poderia desenvolver bons hábitos, resultando num convívio harmonioso com a sociedade, e assim numa vida feliz. Essa idéia tinha por objetivo a prevenção de doenças mentais e, consecutivamente, voltava-se para a economia dos gastos públicos com saúde.

Pouco a pouco está encaminhando, em nosso meio a idéia de cuidar-se da saúde das crianças das escolas, de fazer-lhes a educação higiênica, de examinar-se-lhes systematicamente o corpo e o espírito e de corrigirem-se-lhes os defeitos e desvios. Todavia, para certas questões da saúde physica e para quase todas as de hygiene mental, é preciso cuidar da criança antes do período de escolaridade (FONTENELLE, 1925, p. 7).

Para a escola se encarregar dessa tarefa, o aluno teria que começar a freqüentá-la com idade menor. Assim surge a necessidade de um trabalho antes da idade escolar, iniciando o trabalho junto aos alunos de idade pré-escolar, visto que os higienistas consideravam que os primeiros seis anos de vida eram o principal período para desenvolver os fundamentos da estrutura da personalidade da criança.

Essa concepção da necessidade de se educar a criança logo cedo, para que se tornasse possível dar a ela a formação que fosse peculiar a sua natureza, é recorrente nos diversos registros dos pensamentos dos higienistas, que defendiam uma educação escolar maternal, pois as famílias, em sua grande maioria, não possuíam condições de ensinar atos de higiene a sua prole, e só assim atingiriam o objetivo de melhorar as condições de vida da sociedade.

Para os higienistas, a normalidade fisiológica da vida se apresentava como condição primeira ao aperfeiçoamento de qualquer espécie. O homem, que é dotado de psiquismo, domina outras espécies pela sua capacidade de raciocínio, e as domina a seu favor. Assim, fazia-se necessária uma educação escolar higiênica, pois, segundo Penna (1997), no Brasil havia um elevado desconhecimento das leis da biologia humana, da higiene e de profilaxia, bem como o desconhecimento da eugenia e de medicina social, inclusive por parte dos encarregados pela instrução primária, que tinham um conhecimento superficial sobre o assunto. Para Penna (1997), a importância nacional da educação higiênica e eugênica, iniciada na escola primária, teria por objetivo formar uma consciência sanitária nacional.

De acordo com os higienistas, para a realização desta educação higiênica a escola e o lar eram as instâncias mais importantes na formação do caráter da criança, por isso a escola passava a ser um meio que, desenvolvendo a proposta da educação higiênica. A escola *“iria complementar a educação que a família não conseguisse dispor às crianças”*. (grifo meu)

Os professores recebiam contribuições da ciência através das ações dos médicos higienistas, que propagavam as *“contribuições da biologia para, o conhecimento da criança”* (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 56), criando-se, desta

forma, uma atitude técnica para a educação escolar. Nas orientações médicas, os pedologistas, através de descrições estatísticas, fundavam bases para a caracterização das fases evolutivas da infância. A psicologia vinha também contribuir para este processo de higienização mental. Assim, os educadores deveriam acompanhar variados domínios na vida da criança, para subsidiar os encaminhamentos de sua aprendizagem.

A higiene mental, fundamentada na concepção psicológica das leis evolutivas da infância, propunha um conjunto de ações práticas para facilitar o desenvolvimento psíquico das pessoas, adaptando o ser humano às exigências sociais, bem como lhes oportunizando realizações pessoais.

Considerando a ampla área de abrangência da psicologia e da psicopatologia, Radecki (1925, p. 12) alerta os educadores de que *“quem, portanto, não quiser agir às cegas e com erros, deve entender e conhecer a psychologia da creança antes de iniciar a acção pratica no dominio da hygiene mental”*. Para os professores, a difícil tarefa de observar as crianças, através da psicologia, foi auxiliada pelos testes psicológicos, que, por meio de uma série de questões construídas, fornecia uma amostragem de diversas propriedades psíquicas das crianças. Os testes, chamados por Stern de “experiências verificativas”, eram definidos como uma *“experiência construída, de modo a poder, em cada caso, fixar a integralidade das propriedades individuais de um sujeito ou de uma propriedade isolada do mesmo”* (STERN *apud* RADECKI, 1925, p.15).

Destarte, a ciência psicológica era levada aos professores por intermédio dos testes, os quais proporcionaram investigação e interpretação das condições mentais de cada criança. Radecki (1925, p. 56) afirma que

A educação higienica das funções do pensamento, na creança o desenvolvimento do automatismo, da iniciativa do pensamento, a adaptação delle aos fins da vida pratica, o assegurar lhe a eficiencia, isto é, a exactidão logica representa um dos mais difficeis, é dos mais importantes e constantes problemas de pedagogia.

Com a finalidade de facilitar as observações dos educadores, foram elaborados questionários que recolhiam dados de todas as circunstâncias da vida do indivíduo, caracterizando-o de forma geral. Estas observações, efetivadas pelos professores, passariam também pelos especialistas (psicólogos), e através desses

testes e questionários a instituição escolar passou a ser um meio de realizar a higiene mental nas crianças. Como aponta Radecki (1925, p. 20),

a escola, a classe maternal, e todos os outros meios educativos, devem ser assistidos, não só por médicos escolares que cuidem do lado organico das crianças, como por psicologos escolares, para dirigir a observação systematica, classificar creanças atrasadas e especialmente as adiantadas, investigar o gráo de adaptabilidade da creança ás futuras, e junto com os pedagogos elaborar os methodos educativos didáticos.

Nota-se, desta forma, o cuidado e a obediência aos preceitos científicos tão propalados na época. Respaldados nas ciências biomédicas, os higienistas atuavam na escola e na família, sugeriam à sociedade e especialmente à escola interpelações de caráter biológico, psicológico e sociológicos, na busca de melhorias da qualidade de vida dos indivíduos.

Os problemas a serem entendidos e enfrentados recebem primeiramente um destaque, dirigido a fatores biológicos, como demonstra o relato de Almeida Junior (*apud* ANDRADE 1942) sobre os índices de repetência, que no momento eram preocupantes:

a observação demonstra que, em escolas convenientemente instaladas, com programa razoável, bons professores, alunos normaes e frequentes, a porcentagem de promoção se avizinha de 100%. Nas condições da escola pública, porém nem todos os alunos são inteligência normal, nem a frequência é de 100%.

Assim, as dificuldades sociais, como pobreza, desemprego falta de moradia digna, condições de trabalho, não eram comumente analisadas ou questionadas. Quando se referiam às situações sociais que produziam dificuldades no aluno para um bom desempenho na escola, as questões eram remetidas a fatos individuais das famílias, como o fato do uso de língua estrangeira falada nas famílias dos imigrantes. Isto pode ser observado quando Andrade (1942, p.566) analisa os fatores sociais que influenciavam a reprovação dos alunos nas escolas primárias da seguinte forma, *“O uso de lingua estrangeira no lar aparece na escola como elemento, além de desnacionalizador, fortemente negativo para o aprendizado da linguagem, o que origina conseqüentes reprovações”*.

Seguindo com sua forma de pensar estruturada nas ciências biológicas, os higienistas entendiam que somente assistência médico-social não bastaria para conduzir a sociedade a uma construção efetiva para se evitarem doenças, ou seja,

uma efetiva ação de profilaxia. O trabalho deveria chegar à raiz do problema, que no entender destes intelectuais seria a educação das crianças, preparando-as para se tornarem adultos sadios. A educação entendida desta forma revela uma concepção de ordenação para o progresso, que busca formar o cidadão político que viverá para uma unidade coletiva (escola, família, nação ou pátria). Tal forma de entendimento desconsidera as desigualdades sociais geradas no bojo do sistema de produção capitalista. Historicamente esta forma de compreender a educação como redentora das mazelas sociais é apresentada por Tocqueville (1805-1859) que em uma leitura política defendia a questão de que a educação uniria a sociedade, pautada no amor, na ordem e no progresso. Portanto, a educação somente poderia ser efetivada através da moral, em que a ordem e o progresso seriam princípios da ordenação social e econômica.

Em assim sendo, o trabalho educativo da instituição escolar se estendeu à família, com o propósito de criar bons hábitos mentais, buscando regradar e normatizar os indivíduos e desenvolvendo personalidades confiantes, com capacidades de convívio social harmonioso. Através da educação psicológica, os higienistas objetivavam o homem comedido, sendo urgente desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento desses homens, potencializados para ordem do corpo e para a moral. Desta forma, os professores teriam que ser preparados para atender a este intento e a família deveria ser convidada a participar.

Almeida Junior (1929) observa que, no curso das Escolas Normais, havia uma disciplina específica para tratar da questão higiênica, ou seja, a disciplina de *Hygiene e puericultura*, pertencente ao 5º ano deste curso, a qual se justificava pela necessidade de preparar o professor para conduzir as questões ligadas ao higienismo durante o processo de educação escolar das crianças.

O autor afirma também que os professores deveriam ser orientados e assessorados por materiais distribuídos pelo governo, em forma de compêndios ilustrados e claros, contendo o essencial para a propagação da educação higiênica.

Verificamos que a importância da educação higiênica, que cada aluno adquiriria por intermédio da escola, levava-o a se tornar um divulgador da higiene física e mental. No entanto, a ordem e a higiene são propagadas, desprezando-se as questões das dificuldades sociais e a condição de pobreza que os alunos vivenciavam em suas famílias.

Com a finalidade de favorecer as práticas da educação higiênica, são realizadas ações para criar hábitos nos alunos, como as apresentadas nas escolas paulistas, relatados por Almeida Junior no III Congresso Brasileiro de Hygiene (1929), em que eram desenvolvidas as revisões diárias de verificação dos asseios dos alunos em 32 grupos escolares, sendo que nos demais estas revistas não tinham dias determinados, porém seriam realizadas duas vezes por semana.

A proposta da pesagem periódica dos alunos, com a finalidade de estimular a higiene alimentar, recomendava que a pesagem fosse efetivada a cada bimestre. No entanto, na prática, as escolas paulistas realizavam esse processo uma vez ao ano. A maioria, segundo Almeida Junior (1929), não realizava a pesagem por falta de balanças nas escolas. Também a prática de lavar as mãos antes das refeições e após o uso do banheiro era exigida em apenas duas escolas paulistas. *“Em algumas escolas realizam o banho semanalmente, mesmo estas apresentando deficiência nas instalações”* (ALMEIDA JUNIOR, 1929, p. 823).

Ao denunciar a falta de condições para o desenvolvimento do trabalho de caráter higienista e também ao participarem de congressos científicos para discutir a questão da reprovação e não-participação do aluno na escola, os professores e os higienistas estavam denunciando questões que necessitavam de outros encaminhamentos além do escolar, pois os próprios médicos higienistas sentiam as dificuldades para pôr em prática seus projetos, *“faltava horário para a realização de hygiene, faltava material didático”* (Ibid., p. 825). Não bastava a divulgação das novas descobertas científicas no campo da saúde. Não bastava um plano fundamentado num saber científico para deter as doenças que se propagavam na época interferindo negativamente na consolidação da industrialização, no Brasil. Era necessário que as condições sociais fossem favoráveis para colocá-las em prática. Ao denunciar as precárias condições da escola e do escolar os higienistas deixavam entrever que não se tratava da crise de uma escola em particular mas da sociedade em que ela estava inserida.

Os problemas enfrentados pela escola, pelos higienistas e também pela família não podem ser analisados como falta de responsabilidade, ou, no caso específico da família, uma predisposição biológica para o fracasso, individualizando o problema. A crise secular enfrentada por estas instituições denuncia a estrutura do modo em que os homens se organizam para produzir sua subsistência, onde as diferenças sociais se constituem na base de sustentação.

No geral, a escola buscou atender ao modelo de educação sanitária elaborado pelos médicos higienistas, que pretendiam eliminar os vícios e desenvolver hábitos sadios nas crianças, desde o pré-escolar. Almeida Junior (1929, p. 821-822), referindo-se à importância da escola primária, como elemento desse processo, afirma que

Esta é o verdadeiro instrumento de difusão da educação higiênica. Pouco adianta formarmos legiões de ensinantes, si não lhes dermos oportunidades para porem em prática a sua competencia. Por outro lado, imagine-se o esplendido resultado quando as 400 mil crianças de nossas escolas estiverem sob o influxo demorado da hygiene: serão outros tantos propagandistas das normas sanitárias e, sem dúvida, indivíduos sadios que, de futuro, pouca despeza darão ao Estado, para cural-os do amarellão, da maleita, da syphilis, ou livral-os da tuberculose e da lepra.

Esse sistema de hábitos higiênicos não deveria se restringir a um ou outro hábito isolado, mas construir hábitos conscientes na criança. A escola, neste contexto, atende a uma necessidade de saúde, para a sobrevivência dos indivíduos, porém a questão social da falta de infra-estrutura ao desenvolvimento urbano produz problemas sociais como a fome, o desemprego, a violência e a desintegração da família. Essas questões atingem a saúde do indivíduo que, sem condições mínimas de alimentação e de moradia, fica enfraquecido e exposto a todas as espécies de males.

Na função de educar, instruir e socializar, a escola iria ordenar os alunos nos moldes dos projetos científicos, com práticas higiênicas não condizentes com a realidade do entorno social da criança, pois a escola pública atendia aos filhos dos trabalhadores, e estes viviam, em sua grande maioria, em condições de pobreza, com falta de condições de moradia e alimentação adequadas, sem assistência médica e carentes de toda a estrutura que requer a prática da higiene.

Outra forma de intervenção da escola na família era realizada através do assistencialismo às famílias pobres (ALMEIDA JUNIOR, 1929). A assistência mantida pela “caixa escolar”, formada por pais de alunos, professores e particulares, bem como a “assistência dentária escolar”, contribuía para a realização de iniciativas higiênicas, conduzidas pela escola, que também englobavam outras ações, como: distribuição de roupas, calçados, alimentos e medicamentos a alunos pobres, cortes de cabelo, e ainda o tratamento de moléstias parasitárias. Para a

comunidade como um todo, também era realizada, por meio de folhetos, conscientização sobre higiene, como podemos constatar neste fragmento do folheto de propaganda que a Liga distribuía:

Não é raro, porém, aparecerem as terríveis decepções: teu filho que desde a infância se mostra um menino teimoso e pugnaz, tornou-se um criminoso e se encontra agora na desolação do cárcere....

De certo que em alguns casos, é a fatalidade a grande e única responsável. Na maioria dos casos, porém, podem ser evitadas essas desgraças.

[...]

É muito importante saber alimentar bem as criancinhas, obedecendo a um horário e a um regimen dietético convenientes; é muito importante acompanhar o seu crescimento, o seu aumento de peso, a sua dentição, o seu desenvolvimento somático em geral (LBHM, 1932, p. 81-82).

Sabemos que, mesmo tendo seu valor reconhecido, a educação higiênica não tinha diretriz clara para seu desenvolvimento na escola, ficando a cargo de cada instituição escolar traçar os caminhos para desenvolvê-la. Observamos essa carência no relato de Almeida Junior (1929, p. 824) ao afirmar que *“não há compêndios, dizem ainda os interessados, em que possamos facilmente encontrar a discriminação de nossa tarefa; não recebemos instruções especiais a respeito”*. Portanto, os cuidados higiênicos deveriam ser mais práticos que teóricos. Se o aluno não trouxesse a prática higiênica desenvolvida da família, a escola teria que trabalhar esses hábitos no período escolar em que ele permanecesse na escola.

Poucos materiais eram produzidos, como cartazes ilustrados, os quais eram distribuídos pelo Estado às classes elementares (alfabetização). Esses materiais auxiliavam os professores e introduziam nos lares a prática da higiene através das gravuras, dos métodos e dos processos de educação higiênica apresentados nas cartilhas de higiene. Os professores reclamavam da falta de materiais e de uma literatura didática, no aspecto da educação sanitária. Como afirma Braga (1930, p. 274): um problema era a escola *“ter pouco material na educação sanitária em geral e no que diz respeito ao antialcoolismo, sendo que os poucos materiais existentes abordavam somente as questões patológicas”*.

A necessidade do trabalho higiênico na escola era reforçada pela sociedade industrial, que reclamava não só higiene física, mas também mental, pois a tensão provocada pela rapidez das máquinas exigia um outro ritmo de vida dos trabalhadores. Neste processo de aceleração do ritmo de trabalho, apresentavam-se mudanças que provocavam freqüentes acidentes de trabalho, como o caso de

mutilações ocasionadas pelas máquinas que os trabalhadores operavam. Assim, vemos que o homem moderno que esta fase industrial exigia se diferenciava do homem que viveu na época da Primeira Guerra Mundial. Conforme Braga (1930, p. 274), o herói moderno seria *“conduzido por uma inteligência clara, de músculos firmes e retezos, olhar percuciente, coração rítmico, nervos sadios, vontade segura”*.

A promoção desse bem-estar e da saúde do povo estava aliada à intensificação da educação higiênica, pois, com a exigência desse novo homem, a escola também iria modificar seus objetivos. O saber-viver deveria ser uma das condições essenciais desenvolvidas pela escola, que, naquele momento, encampava ações em favor do desenvolvimento da higiene.

Um aspecto geral, observado pelos palestrantes do III Congresso Brasileiro de Higiene (1929) é que tanto a Federação Brasileira como os estados e municípios tinham programas higienistas nas esferas rural e urbana, que mostravam esforços para o desenvolvimento da higiene. O problema era que essas instâncias não se coordenavam em uma ação única de integração em favor da higiene, visto que cada qual seguia uma orientação própria, podendo muitas vezes, em seus esforços, se anularem. Para Ferreira (1929), era necessária uma combinação de ações nas diversas esferas públicas, bem como entre as instâncias da sociedade, pois

A hygiene, como todas as grandes manifestações da actividade humana, será neste ou naquele meio tanto maior quanto fôr, para diffundil-a e pratical-a, a acção combinada do cidadão, **da família** e do Estado (p.837, grifo nosso).

A aproximação entre a família e a escola, nesse momento, iria ser realizada, dentre outras formas, pela educação sanitária e pelo assistencialismo desenvolvidos nas escolas, que buscavam um estreitamento nas relações família-escola, pondo em relevo a função social da escola e buscando formar um indivíduo capaz de viver e servir ao Estado. A escola iria formar o homem por meio do desenvolvimento de habilidades para integrá-lo no campo do trabalho para a produção (Braga, 1930). Neste aspecto, a escola era a grande articuladora da promoção do homem cidadão, seguidor das normas e regras, anunciado por Tocqueville (1805 - 1859), que, em seu tempo, entendia que a família não conseguia formar o homem público, portanto esta tarefa caberia à educação escolarizada, a

qual desenvolveria o sentimento de cidadão político que viveria para uma unidade coletiva, que era a escola, a família a Nação ou a Pátria.

Na proposta de educação higiênica, a educação passa das atitudes e dos comportamentos à cognição. A prática escolar passaria por princípios que levariam a criança a adquirir hábitos higiênicos, sendo eles: a imitação, a obediência, o amor próprio e, por último, o raciocínio. A escola buscava a participação de alguns pais no desenvolvimento de ações voltadas à educação higiênica. As famílias que apresentassem um bom nível social seriam convidadas, pela escola, para comporem grupos de apoio educativo. Um bom nível social teriam, as famílias que possuíssem boas condições de moradia, alimentação e trabalho digno.

Destarte, como observamos no primeiro capítulo deste trabalho, convidar os pais para participarem da escola não é um procedimento da sociedade atual. A educação escolar do início do século, orientada pelo ideário higienistas, também se dirigia à casa dos alunos, na tentativa de conscientizar a família sobre saúde e higiene.

Já na atualidade a família e a comunidade como um todo são convidadas a vir para escola, participar como forma de ajuda, seja na limpeza ou conservação do prédio escolar, levando orientações sobre saúde para aluno, seja promovendo lazer através de jogos ou brincadeiras, ou até mesmo desenvolvendo aulas de reforço escolar. Portanto hoje a família é que adentra o âmbito escolar, com base nos projetos que sugerem ajuda à escola, que passa por uma suposta “crise”.

Ainda nas propostas higienistas do início do século XX, também há registro de convite à família para cooperar com a escola através dos círculos de mães, como relata Aragão (1997, p. 451), *“A cooperação da família na obra da escola é indispensável. Em cada escola deve existir um Círculo de Mães que as prepare convenientemente”*. Desta forma, as famílias são convidadas a frequentar a escola para serem educadas nas concepções de higiene e educação familiar e economia doméstica, pois assim a escola estaria trabalhando em favor da comunidade. Esse momento de participação da família na escola é registrado por Alberto (1997, p. 448) da seguinte forma:

Que saibamos, coube à escola Regional a fundação do primeiro Círculo de Mães entre nós, o qual, com as outras afirmações de sua atividade, foi-se esboçando desde os primeiros tempos, para, afinal, surgir em hora

oportuna. Daí a sua eficácia. Tem dois anos e meio de funcionamento, com programa especialmente traçado para aquelas mães, analfabetas em sua maioria; higiene, educação familiar e economia doméstica são as três partes do programa, destinado a preparar a **cooperação que sonhamos das famílias com a Escola** (grifo nosso).

Percebemos, portanto, que a escola, com a função que tinha de ocupar-se da educação infantil, buscava parceria na família, procurando prepará-la para o exercício da função educativa, sendo freqüentes as ações de visitar as casas dos alunos. Assim, a escola tentava, através dessas ações, direcionar os hábitos e costumes higiênicos da família. Segundo Pernambuco (1929, p.891), deveriam ser realizadas intervenções como;

- Visitar os alunos que faltarem mais de três dias à escola, verificando a causa das faltas comunicando imediatamente à directoria ou ao medico-escolar;
- Visitar a família dos alunos que se mostrarem desleixados no traje ou nos costumes, **procurando melhorar o meio familiar**(grifo nosso);

O baixo grau de nutrição e de saúde das crianças que freqüentavam as escolas era preocupante, conforme afirma Souza (1942, p. 652), "*Existe uma elevada proporção de desnutridos entre os escolares*". Segundo o autor, ao serem atendidas pelos médicos, somente recebiam o diagnóstico, e não o tratamento para que se restabelecesse a saúde. A situação exigia gastos do Estado, com postos de saúde e distribuição de remédios, que, na maioria das vezes, estavam em falta. Conforme aponta Ferreira (1929, p. 837), era necessária a interação entre as ações do cidadão, da família e do Estado, pois "*sem a acção combinada desses três factores, só lenta e não aceleradamente irão predominando os bons hábitos sobre os máos*".

No ano de 1927, quando foi realizada a I Conferência Nacional de Educação, na cidade de Curitiba, coube a Aragão (1997) discorrer sobre a implantação da Caderneta Sanitária para as crianças, a qual era obrigatória no Brasil. Esta caderneta era necessariamente apresentada em qualquer organização em que a criança desejasse ingressar, quer nas instituições escolares quer em outros estabelecimentos públicos de caridade ou organizações, como a de agrupamento de escoteiros. O fato da existência da Caderneta Sanitária indica uma idéia higienista que estava se realizando na prática.

Devemos considerar também que, no pensamento dos higienistas, à educação caberia realizar seu trabalho perseguindo o objetivo de transformar a sociedade, visto que em todos os âmbitos sociais existiam problemas que os educadores acreditavam afetarem a educação escolar. Os problemas não se acumulavam somente nos centros urbanos, mas também os havia na zona rural. Lembramos que a situação de pobreza, deixava o homem interiorano em condições de abandono, longe das informações que direcionavam o controle das endemias rurais, como o caso da malária da doença de chagas entre outras. Esta situação do trabalhador rural é apresentada, em uma das fases literárias de Monteiro Lobato, que após ter contato com os médicos sanitaristas como Arthur Neiva, Belisário Penna, Renato Kehl entre outros sanitaristas, apresenta uma caricatura do caipira brasileiro, o Jeca Tatu. Esse ao ter contato com a ciência médica era curado das moléstias que o abatia. Assim o caipira se tornava ativo e forte que segundo o autor, era de sua natureza. Monteiro Lobato relaciona esta trajetória do caipira a ação das políticas públicas de saúde e educação que favoreciam o desenvolvimento econômico e social do país. Em relação a zona rural também havia dificuldades no que tange a educação. De acordo com Aragão (1997, p. 452), na zona rural as crianças tinham dificuldades em serem alfabetizadas

o problema educativo e de alfabetizar torna difícil e defeituoso, sobretudo nas zonas rurais, falhas de escolas e onde os processos modernos de educação não chegam senão tardiamente, crivados de erros e defeitos, em virtude sua propagação lenta e vagarosa.

Em contrapartida, as crianças da zona rural usufruíam condições climáticas muito favoráveis, o problema se agravava nas zonas urbanas pois as crianças das cidades viviam em áreas poluídas pelas indústrias que contaminavam o ar, e ainda residiam em locais sem infra-estrutura, onde as pessoas se aglomeravam, vivendo em ambientes sem ventilação, luz, higiene e conforto adequados, conforme relata Aragão (1997). As mães das crianças que viviam na cidade eram obrigadas a trabalhar na indústria, não tendo tempo nem condições de tomar conta dos filhos, confiando-os a terceiros, que, muitas vezes, encarregavam-se de inúmeras crianças e, não conseguindo dispensar cuidados a todas, deixavam-nas em ambientes insalubres, favorecendo, assim, a propagação de doenças nas populações infantis.

Aluisio de Azevedo, no romance de sua autoria intitulado, *O Cortiço*, narra, em linguagem vigorosa, a vida miserável dos moradores das habitações coletivas do Rio de Janeiro, próprias da situação urbana do início do século XX. Em um de seus relatos, o autor descreve a ausência de hábitos higiênicos:

As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas (AZEVEDO, 1984, p. 28-29).

As denúncias das péssimas condições de vida da população pobre da cidade do Rio de Janeiro também podem ser observadas nos jornais paulistas daquela época, que se referiam a *“constantes queixas contra trocas de tiros, obscenidades, algazaras, que acontecem nos cortiços”* (FAUSTO, 1998, p.22). Assim podemos entender os esforços realizados pelos higienistas e sanitaristas, que programavam ações para todas essas urgências sociais, buscando amenizar as questões que afligiam a sociedade, principalmente a classe trabalhadora. Entendiam que se a família, envolta nestas condições de penúria, não possuía condições e conhecimentos para realizar um trabalho higiênico, este deveria ser realizado pela escola, que teria ainda a atribuição de buscar a parceria da família para esta participar na escola.

Temos que considerar ainda que, além da saúde e higiene física, a escola também contribuiria, na visão dos higienistas, para a detecção das dificuldades de relacionamento apresentadas pelos estudantes dos colégios, encaminhando-os para profissionais como psiquiatras e psicólogos, que direcionavam assim um trabalho específico dos problemas mentais nos alunos (OLINTO, 1942).

A higiene mental, pensada nos meios dos médicos alienistas e dos psiquiatras, buscava resolver as questões de sanidade psíquica. Como se acreditava que essa higiene era realizada no decorrer da formação da personalidade, a escola passou a ser um local privilegiado para o desenvolvimento de ações voltadas ao cultivo da boa higiene mental. A atuação da escola demonstrou-se tão relevante que, entre os higienistas, era consensual que a Higiene Mental caberia mais à pedagogia que à medicina, conforme afirmou Olinto (1942, p. 635): *“Atualmente, porém todas as celebridades médicas conhecem nela [higiene*

mental] *as mais estreitas ligações com a educação e ninguém mais põe em dúvida que o maior campo de ação é nas escolas e não nos hospitais*”.

Assim, é a educação escolar que, de acordo com os higienistas, dirigindo-se à família, vai levar as normas de saúde física e psíquica do indivíduo à população e a todas as esferas sociais. A educação escolar é posta como o lugar da verdadeira profilaxia da doença mental, pois as difíceis situações de perversão moral do ambiente em que a criança vivia, a situação de miséria, abandono, maus exemplos e companhias, podem trazer conseqüências como a delinqüência infantil. Na concepção de que o meio físico e social é determinante na construção mental da criança, levá-la para a escola é o melhor recurso para normatizá-la conforme os preceitos tidos como dignos pela sociedade. *“é preciso criar nos escolares o sentimento de solidariedade, que tem suas raízes no instinto gregário. O Combate contra o crime é, pois, do domínio da Higiene mental”* (OLINTO, 1942, p. 637).

Além de colaborar para a prevenção de doenças, a incumbência dos professores em participar ativamente na boa formação do caráter e dos valores morais das crianças era vista pelos higienistas como a mais relevante das funções docentes, conforme enfatiza Castro (1929, p. 141):

Por isso vossa tarefa é, assim, nobilitante. A de collocar toda uma sociedade em guarda contra um dos perigos que mais a ameaçam e mais conspiram contra a sua estabilidade... A de vos empenhardes na educação do caráter e dos valores moraes das crianças, orientando-a para as finalidades superiores da vida unindo-a em solidário esforço na luta pelo bem e pela virtude, criando-lhe, na mente, o amor ao trabalho.

A escola teria por finalidade o bem-estar social do aluno, buscando espaços para a participação ativa deste aluno na sociedade, como cidadão capaz de empreender seus deveres para com a pátria e a humanidade. A escola, na visão dos higienistas, torna-se guardiã da ordem e do progresso desta sociedade, onde a higiene é condição primeira.

Como meio de informação e formação do aluno, a escola deveria abrir mais espaço para a realidade vivenciada por este, deixando de ser enciclopedista. Desta forma, ela muda seus métodos didáticos, conforme aponta Claparède (*apud* BRAGA, 1931, p. 3) *“a educação tem por finalidade o bem estar e comunhão social, reforçando os ideaes do individuo; e concurrentemente, tem por objetivo dar ao*

individuo mais vazas na vida, aperfeiçoando a comunhão social de que este é parte”.

Esta forma de pensar é apresentada nos fundamentos da Escola Nova, conforme apresentado no item 2.1 deste trabalho, em que se desenvolvia uma relação mais recíproca entre professor e aluno, o que iria levar os educadores a considerar a criança como sujeito da educação. O trabalho escolar procuraria ser pautado na realidade social que o circunda, conforme apresenta Claparède (apud BRAGA 1931, p. 3) *“como a vida que espera a criança ao sair da escola, é a vida no seio de um ambiente social, apresentar o trabalho sob forma vital é apresentá-lo sob seu aspecto social, como instrumento de acção social”.*

O relacionamento entre os alunos e professores passou a ser mais horizontal, apresentando um “antiautoritarismo“. Segundo Braga (1931. P. 4), o centro coordenador dos processos educativos passava a ser a psicologia, pois

As pesquisas psicológicas seguindo linhas experimentais anteriormente lançadas, estavam dando á educação um magnífico aparelhamento para aferir a capacidade mental, verificar o rendimento dos processos didáticos e avaliar os resultados obtidos.

Observamos, neste trabalho, que o avanço científico subsidiou as propostas higienistas, levando à concepção de atividade e não de passividade na defesa contra as doenças e degenerações humanas, desenvolvendo, assim, a capacidade de preveni-las. Os discursos registrados nos Archivos da Liga Brasileira de Hygiene Mental (LBHM), bem como nos Anais de Congressos de saúde e educação apresentados nas primeiras décadas do século XX, demonstram como a escola pública foi alvo de preocupação dos higienistas.

Os fundamentos fisiológicos, psicológicos e biológicos respaldavam o trabalho dos higienistas para a educação, mas esses fundamentos necessitavam da inter-relação social da escola com a família e vice-versa, produzindo assim uma educação funcionalista, em que a base da ação educativa era a busca da satisfação das necessidades dos adultos e da sociedade (elementos externos ao aluno), ficando em segundo plano as necessidades (desejos) desse aluno, o que tirava, desta forma, sua autonomia. Uma das funções da escola, neste momento, foi a transmissão de normas e valores comuns que propiciassem a vida coletiva.

O professor passou a executar a orientação dos médicos, sendo um mediador entre a família e as ações médico-higienistas. No entanto, a tarefa não era fácil para a escola, pois esta família já se apresentava comprometida com o trabalho extrafamiliar. Não podemos esquecer que havia um processo de intensificação do trabalho operário, em que toda a família estava envolvida no trabalho de produção. De forma geral, todos os membros da família eram mal remunerados, tendo que comprometer seu tempo com o trabalho. Conforme afirmam Marx & Engels (1998, p. 69), *“essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes”*.

A situação social dificultava a ação dos higienistas em prol da saúde e bem-estar dos indivíduos, visto que este trabalho necessitava de contatos com a família e da disponibilidade desta para atender ao chamado da escola. Esta família também não conseguia atender às necessidades de seus membros. Podemos observar a afirmação de Oliveira (1929) como exemplo dessas necessidades quando ele destaca o papel da mulher na formação dos filhos, bem como a necessidade da presença, principalmente da mãe, nos projetos de vida de sua prole. De acordo com o pensamento higienista, a mãe exerce influência significativa na vida da criança, não somente pelo fato de realizar atividades de grande importância para esta, como é o caso do aleitamento e da assistência abnegada aos filhos, mas também pela tendência que apresenta em perceber e prever as necessidades dos seus filhos e guiá-los, facilitando-lhes o desenvolvimento.

A mulher pobre, a viúva, a abandonada iam para as fábricas trabalhar por longas jornadas, e esta alternativa de trabalho não lhes permitia cuidar ou acompanhar a vida escolar dos seus filhos, considerando ainda que esta mulher tinha a incumbência dos afazeres domésticos. Esta situação impedia que a mãe pertencente à classe trabalhadora adquirisse as noções sobre o desenvolvimento psicológico da criança e primasse pelos princípios de higiene preconizados pelos higienistas.

Esta realidade em que viviam as famílias não era reconhecida pelos higienistas. Segundo BOARINI (1993, p.33),

os movimentos higienistas e eugênicos se sustentavam em idéias que não levavam em conta que a péssima qualidade de vida da população antes de

ser resistência às normas de asseio, morais e bons costumes, era a explicitação das contradições sociais que permeiam a ordem capitalista.

A posição dos higienistas em destacar o aspecto biológico dos problemas que afligiam a sociedade, não dando relevância às condições sociais que geram estes, é própria do biologismo, que tem o entendimento de que, se o indivíduo nasce com características biológicas predeterminadas, são as regras e normas que poderão encaminhá-lo para uma vida regrada e saudável. Desta forma, eles garantiam a importância da influência da mãe sobre os filhos, conseqüentemente, havia a necessidade de essa mãe ser orientada pela escola, pois cabia a ela aconselhar e dirigir as ações dos filhos, segundo os preceitos higiênicos. Como afirma Oliveira (1929, p. 851), *“É da mãe que depende essencialmente a orientação boa ou má e todas as conseqüências benéficas ou desastrosas do aprendizado da criança. Tal mãe, tal filho”*.

Desta forma, para se realizar o trabalho de higiene mental dirigido aos alunos, a escola precisava da contribuição dos pais. Conforme relata Alberto (1997), existia a participação da família, como nos casos dos Círculos de Mães, que desenvolviam programas voltados à higiene, à educação familiar e à economia doméstica.

Neste relacionamento, às vezes os pais também precisavam de correção sobre a forma mais conveniente de tratar os filhos, e isto gerava um desequilíbrio no relacionamento entre estas duas instâncias, por isso muitas vezes a família negava-se de se envolver com a escola. Se as questões exigissem alguma participação mais intensa da família na escola, estas famílias chegavam a mudar seus filhos de escola, para não serem incomodados (BITTENCOURT, 1942).

O recurso dos círculos dos pais e mestres para ajustar aqueles á escola, se revela geralmente inoperante, entre nós, como a experiência tem demonstrado. Os pais de alunos resistem até quando são chamados para tratar, a sós com os diretores do estabelecimento, sobre o caso particular de seu filho (BITTENCOURT, 1942, p. 632).

A família formava, na visão dos higienistas, uma comunidade que deveria ser atingida pelas propagandas higiênicas encaminhadas pela escola, visto que, dentre os fatores tidos como desencadeadores da “má” escolaridade, segundo os higienistas, estava o fato da negligência dos pais no acompanhamento quanto à frequência dos filhos à escola. Quando Azevedo (1942) aborda os problemas dos

repetentes na escola, ele aponta, dentre as medidas tendentes a solucioná-los, a participação dos pais na escola, afirmando que é necessário atrair os pais ou responsáveis à escola para a solução de todos os problemas que dizem respeito ao educando: freqüência, saúde, alimentação, vestuário e higiene em geral e maneira de educar os filhos.

A escola deveria firmar uma relação mais íntima com os pais dos alunos, a fim de conduzi-los ao conhecimento dos preceitos higiênicos e assim praticá-los com os filhos, ensinando-os em casa, com o objetivo de desenvolver o hábito de higiene. Para as escolas realizarem um trabalho com os pais eram sugeridas as seguintes formas:

1. ° - pelas reuniões provocadas pela educadora Sanitária;
2. ° - por palestras e demonstrações feitas pelos professores, em dias bem escolhidos, presentes os alunos e os respectivos pais;
3. ° - pela distribuição de folhetos, cartazes, avisos, etc. dirigida pelos Centros de saúde, mas realizada pela escola;
4. ° - por meio de prêmios, mesmo singelos mas expressivos, às famílias que melhor compreenderem ou praticarem a Higiene e melhor fizerem pela saúde e asseio de seus filhos;
5. ° - pela distribuição de material necessário á prática da hygiene, aproveitando-se o governo, então, para usar melhor da despesa efetuada com muita propaganda supérflua, exterior e mal dirigida, que campeia por aí;
6. ° - Pela distribuição do mesmo material, em modelo de propaganda, por parte da indústria privada, o que poderia ser conseguido pelo governo, se estimulasse os industriais que assim auxiliassem a tarefa de educar o povo;
7. ° - por meio de uma nova organização das Caixas Escolares (AVANCINE, 1941, p. 533-534).

5.2 A SAÚDE ATRAVÉS DA HIGIENE ESCOLAR

Para o desenvolvimento do projeto higienista, do início do século XX, coube à escola promover a saúde através do conhecimento de hábitos higiênicos, na intenção de desenvolver uma educação útil para a vida. As ações que são realizadas no interior da escola com os alunos devem se prolongar, atingindo também as famílias destes e encaminhando a ordem da sociedade, com vista ao o progresso social.

Podemos verificar estas práticas quando Leão (1929, p. 872) relata a experiência das escolas do Distrito Federal, afirmando que na escola, desde o

começo do primeiro ano de escolaridade, é preciso procurar iniciar a criança em hábitos de higiene como:

- 1º - Tomar banho com sabão todos os dias e lavar freqüentemente as mãos com sabão, em especial antes da comida.
- 2º - Escovar os dentes ao levantar-se e ao deitar-se.
- 3º - Beber no mínimo cinco copos de água diariamente.
- 5º - Fazer uma evacuação intestinal todas as manhãs e lavar as mãos em seguida com sabão.
- 6º - Usar roupas leves frescas e desapertadas.
- 7º - Brincar uma parte do dia ao ar livre, dormir sempre de janela aberta, ou conservar apenas fechadas as venezianas quando as habitações forem de um só pavimento.
- 8º - Manter o mais possível uma posição erecta quer de pé quer sentado.
- 9º - Manter-se, o mais possível, calmo, confiante e alegre.
- 10º - Não lançar perdigotos¹⁵ nas outras pessoas e evitar recebe-los.
- 11º - Não apertar a mão de ninguém nem beijar ou deixar-se beijar.
- 12º - Não usar copos, toalhas ou outros objetos recentemente maculados com a saliva das outras pessoas.

Com a intenção de educar para a higiene, as ações práticas passaram a ser mais significativas que a instrução. Assim a importância do professor e da família como modelos eram fatores determinantes para sua efetivação.

Observamos que os trabalhos higiênicos propostos para as escolas desenvolverem com os pais e alunos seriam cobrados dos professores. Os médicos realizavam observações das turmas a fim de julgarem as condições higiênicas por elas apresentadas. Assim os professores que atingissem os objetivos de desenvolver hábitos higiênicos em seus alunos receberiam uma promoção, como uma forma de estímulo. Este fato é firmado no Decreto nº 2008, de 14 de Agosto de 1924:

Examinados obrigatoriamente pelo médico ao entrar em classe todos os alumnos são forçados, desde logo, a hábitos de asseio e de hygiene. É até elemento considerado para determinar o merecimento de um professor a ser promovido, cujo julgamento é privativo do médico escolar, o cuidado com a saúde da criança, com a educação physica e com a hygiene da classe (LEÃO, 1929, p. 872)

Para desenvolver esse trabalho higiênico a escola teria que organizar o seu espaço físico com as disposições espaciais dos lavatórios e banheiros, sendo recomendado o uso de copos descartáveis ou individuais, bem como a organização de fichas e entrega de produtos de higiene pessoal, como: sabonete, toalha de rosto; copo; balde; escova de dente; escova de unhas; creme dental; pente; avental.

¹⁵ Esse termo designa o ato de soltar saliva enquanto se fala.

Esse fato demonstra que o aluno não dispunha dos instrumentos básicos necessários para a higiene pessoal, cabendo à escola a tarefa de condicionar os hábitos de higiene que os alunos não recebiam na família (LEÃO, 1929).

Esses trabalhos, segundo os propósitos higienistas, resultariam mais tarde em uma “consciência sanitária”, meio fundamental para a defesa da saúde pública. Oliveira (1929, p. 807) demonstra como acontece a evolução sanitária racional:

E a evolução é tanto mais necessária para as meninas. Crea-lhes hábitos sadios. (...) hábitos sadios, que vão contribuir para o benefício da futura mãe – anjo tutelar das crianças que perpetuarão e regenerarão a espécie, tornando-a mais capaz e mais bella.

Muitas dificuldades também eram enfrentadas pela escola ao desenvolver este projeto higiênico. Encontramos relatos de professores que reclamavam das dificuldades em infundir os hábitos de higiene, em vista da situação de pobreza em que os alunos se encontravam, não possuindo condições financeiras para manter a alimentação necessária para se ter saúde. Assim, mesmo a escola desenvolvendo um bom trabalho de higienização do aluno, ele continuava magro e sem saúde. Leão (1929, p. 876) relata a pesquisa realizada em 1929 no Rio de Janeiro, por seus professores, fazendo o seguinte questionamento:

Como aumentar de peso o alumno, por mais cumpridor que seja de seus deveres assinalados na ficha do Pelotão de Saúde, se nem ao menos satisfaz a sua fome, se além da água de café com uma triste fatia de pão pela manhã, somente a noite, à chegada do pai, vai comer alguma coisa de sólido?

Segundo esse autor, para atender aos casos de subnutrição dos alunos, a diretoria da escola e os professores estimulavam e arrecadavam auxílio de particulares. Desta forma surgiram instituições como a do copo de leite, da sopa escolar e da merenda com frutas. *“Hoje há escolas que distribuem diariamente 15, 20 até 30 litros de leite, havendo algumas dando ainda o pão como a Escola Padre Manoel da Nóbrega que, além dos 25 litros, fornece dez mil réis de pão por dia”* (LEÃO, 1929, p.877).

Higienizar para a saúde requeria condições sociais que os higienistas não encontravam nessa sociedade; assim o assistencialismo se fazia um meio aceitável de ser realizado pela escola neste momento.

Há crianças que vivem e crescem nas ruas, nas casas dos vizinhos, em verdadeiro abandono e são mandadas à escola para o sossego dos pais que, ignorantes em grande parte ou ocupadíssimos com a luta de todos os dias, não podem controlar a vida escolar de seus filhos, pouco importando se o mesmo 'passe de ano'. O que unicamente lhe importa é que o filho permaneça na escola o maior espaço de tempo possível, até que atinja a idade de trabalhar (CAMARGO, 1942, p.571)

A família do aluno estava envolta em uma situação de pobreza em que a assistência realizada pela escola era uma importante ajuda, e desta forma era bem-vinda para os professores. Os higienistas reclamavam da imobilidade dos pais, que não correspondiam aos direcionamentos higiênicos encaminhados pela escola.

Neste entrave, tanto a escola como a família ficam postas sob uma pretensa crise, que acreditaram os higienistas e acreditam os projetos contemporâneos, resolver-se através da aproximação dessas duas instâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reportar nossas análises para a forma de integração existente entre escola e família, observamos que, na atualidade, a escola tem recebido orientações para realizar a aproximação com a família do aluno. Dentre estas encontramos os projetos "Dia Nacional da Família na Escola" e "Amigos da Escola", os quais orientam a instituição escolar a receber os pais e a comunidade na escola para

participarem das questões escolares, ajudando a escola a superar uma suposta crise no campo educacional e de relacionamento com as famílias de sua comunidade escolar. No mesmo momento em que estes projetos reconhecem a escola e a família como instituições educativas que trabalham em torno de um objetivo comum, que é o sucesso do educando, eles se pautam em um conflito existente entre estas duas instâncias. No entanto, esse conflito, além de não ser analisado historicamente, propõe-se solucioná-lo através da participação dos pais na escola.

Para os idealizadores desses projetos, a crise é causada pela improdutividade da escola, faltando qualidade nos resultados desta; acreditam, portanto, que o caminho é a ajuda da comunidade, a qual assumirá, conjuntamente com o governo, as responsabilidades da gestão social da escola pública.

Assim a aproximação da escola com a família, no entender destes projetos, é uma forma de a escola receber a ajuda de que necessita, sendo valorizada e reconhecida pela sociedade. Incentivados a assumir mais responsabilidade em relação à educação escolar, os pais são orientados a realizar atividades com os filhos em suas casas, buscando despertar a curiosidade das crianças, bem como o prazer em aprender, e ainda a praticar ações de arrumação e manutenção do prédio escolar: limpeza, jardinagem, preparação de merenda, decoração, realização de jogos e atividades lúdicas ou de reforço escolar. Dentre estas e outras atividades, os projetos atuais acreditam que as dificuldades enfrentadas pela escola serão amenizadas pela ação de solidariedade da família e da comunidade, e que as famílias serão recompensadas pelo sentimento de satisfação em ter ajudado.

A fundamentação destes projetos está sustentada em uma política econômica neoliberal, a qual não diminui a intervenção estatal, mas muda o tipo de intervenção. Ao invés de as autoridades governamentais intervirem para nacionalizar, realizam a individualização dos problemas ou questões sociais, como é o caso da problemática da escola no que diz respeito à qualidade de ensino, evasão escolar, oferta de ensino, entre outras questões, que passam a ser colocadas como questões para a sociedade resolver.

Na lógica da visão neoliberal, as soluções para os problemas da escola pública estão na ação de compartilhar encaminhamentos possíveis para a solução, formando uma parceria entre o governo e a comunidade, que atuará mais

efetivamente na escola, atendendo desta forma ao princípio da minimização do Estado. Para Bourdieu (1998), é criado um clima favorável de retraimento do Estado à submissão aos valores da economia neoliberal, que tende a destruir os fundamentos filosóficos do Estado de bem-estar-social, desenvolvendo a noção de responsabilidade coletiva e fazendo um retorno ao individualismo, retirando assim os encargos do governo.

No Brasil, a proposta de aproximação entre escola e família recebeu um importante marco no início do século XX, quando encontramos o movimento dos médicos higienistas, que propuseram uma aproximação entre a família e a escola, encaminhando atividades para a escola desenvolver com a família. Nestas atividades os preceitos higiênicos e os conhecimentos científicos sobre prevenção de doenças seriam ampliados.

Ao investigarmos as propostas que os higienistas apresentaram para aproximar a família da escola, registradas nos documentos da Liga Brasileira de Hygiene Mental, no período de 1920 a 1940 no Brasil, podemos observar as formas de pensar as relações entre a escola e a família empregadas naquele momento histórico.

Nesta busca constatamos que os encaminhamentos higienistas propostos para a escola e a família possuíam uma gama de preocupação com os problemas e questões sociais próprios daquela época, sendo imprescindíveis ações que desenvolvessem a salubridade humana, visto que o Brasil passava por um intenso processo de industrialização e urbanização, apresentando graves problemas de fatores sociais, os quais observamos no interior deste trabalho. Entre esses fatores estavam o desemprego, a situação de extrema pobreza da classe operária, a falta de infra-estrutura sanitária urbana, e isto ocasionava a proliferação de doenças e de moléstias, que se propagavam atingindo pessoas de todas as classes sociais; desta forma todas estavam expostas às doenças, que se alastravam. Outro fato a se considerar era que o tratamento destas doenças ainda não estava popularizado e suas formas de prevenção não eram divulgadas.

O Brasil dessa época foi descrito, tanto pelos higienistas como na arte literária, como um país de pessoas enfraquecidas por causa dos germes e das moléstias. A zona urbana havia recebido um fluxo muito grande de pessoas e essas se amontoavam em locais insalubres, que não apresentavam condições sanitárias adequadas. Não que as práticas higienistas resolvessem todos os problemas, pois,

como constatamos, eles eram, em sua maioria, problemas de ordem econômica e social; no entanto, a questão da disseminação de doenças, pela falta de higiene, era fato relevante de encaminhamento, para contribuir, em parte, para a preservação da vida e da saúde. Assim os projetos higienistas se sustentavam nos avanços científicos, que principalmente na área da biologia, estavam se verificando naquele momento histórico.

Para adaptar a família aos moldes das normas de saúde física, mental e moral, entre os caminhos utilizados pelos higienistas, a escola foi o meio mais utilizado. A família, principalmente a da classe operária, que, segundo os higienistas, estava incapacitada de educar seus filhos dentro dos padrões higiênicos, deveria receber o trabalho da escola para desenvolver uma ação consciente. Desta forma, os pais eram convidados a participar de reuniões na escola, mas também eram visitados em suas casas pela educadora sanitária, que observava as condições de saúde e higiene da família, orientando-a sobre os cuidados com a saúde. Os higienistas entendiam que os problemas sociais eram de natureza individual, assim cada família poderia conduzir seus filhos, desenvolvendo as normas de higiene e bons costumes, e com isso, a escola também resolveria suas questões, a reprovação, evasão e faltas escolares.

Os méritos do projeto higienista no esforço por desenvolver uma consciência profilática nos indivíduos são inegáveis, porém, ao desconsiderar o contexto histórico dos modos de produção e as desigualdades sociais da época, posicionando-se somente na orientação das ciências biológicas, ele nega o processo histórico de sua época.

Hoje, os projetos “Dia Nacional dos Pais na Escola” e “Amigos da Escola”, que buscam a aproximação dos pais com a escola, refletem as diretrizes das políticas relacionadas às estratégias neoliberais, que se estendem, além do campo econômico, para o campo social.

As estratégias da política neoliberal divulgam uma forma de aceitação das diferenças sociais, como o caso da situação de pobreza, que é posta como um fenômeno natural, o que demonstra a sua posição de política conservadora em relação à atuação do Estado no campo social. A política do Estado de Bem-Estar Social existente nos meados do século XX no Brasil deixa de ser realizada pelo Estado, e passa a ser de responsabilidade das comunidades.

O fim do Estado de Bem-Estar Social é justificado pela política neoliberal, que entende que o Estado, ao suprir necessidades e provisões em forma de assistência, gerou uma acomodação da sociedade, e esta exige intervenções cada vez mais amplas do governo. Assim, na política neoliberal o Estado se afasta do âmbito social que vai receber ajuda da comunidade, e mais especificamente, da família.

Assim, observamos que os projetos contemporâneos “Dia Nacional da Família na Escola” e “Amigos da Escola” também propõem intervenções da família e da comunidade na escola, chamando estas instituições para assumirem responsabilidades próprias do Estado. Na visão dos projetos analisados, os pais devem ser mais atuantes na vida escolar de seus filhos; no entanto as transformações pelas quais passa a família em sua forma de conviver e de se organizar e produzir não são consideradas nem questionadas. Ao contrário, a família é estimulada a participar com ações de solidariedade.

Encontramos nos projetos “Dia Nacional dos Pais na Escola” e “Amigos da Escola” o discurso, secular, de crise na educação apresentado no início do século XX pelos projetos higienistas, os quais mostravam que a escola passava por um momento de crise, conforme observamos nos congressos realizados nas primeiras décadas do século XX, em que os professores discutiam a temática das causas de reprovação na escola primária, evasão e desistência. Se esta questão se estendeu por um século, somente a participação da comunidade e da família na escola seria suficiente para encaminhar soluções, visto que também há um século estas aproximações também foram realizadas?

Se nas primeiras décadas do século XX os projetos higienistas se concretizavam através da escola e da família, na atualidade, os projetos contemporâneos seguem a mesma via. Entre as diferenças está a de que, naquela época, a escola deveria ir até a família, orientando-a com relação à necessidade de higiene - que, diga-se de passagem, era algo urgente na época; já os projetos contemporâneos buscam o ganho de qualidade para a escola pública, onde o Estado vai interferir o mínimo e os indivíduos assumirão participação efetiva.

Nos estudos realizados por Ariès (1981) e Engels (2002), observamos como a organização familiar se modificou condicionada pelas relações sociais em que vivia, pois em diferentes estágios das sociedades se apresentavam diversas formas de organização familiar. Portanto a família sempre realizou uma dinâmica muito

expressiva em sua organização, e continua, nos tempos atuais, a se reorganizar, como demonstram os dados estatísticos do IBGE (2002). No entanto, quando a família é chamada para atender aos projetos, tanto os dos higienistas no início do século XX como os projetos contemporâneos “Dia Nacional da Família na Escola” e “Amigos da Escola”, todas as famílias são tratadas como se tivessem o mesmo formato, o mesmo nível social, desconsiderando-se a dinâmica histórica social em que estas estão inseridas. Nessa concepção, é só convidá-las a participar que tudo se resolve.

Não obstante, entre os avanços e retrocessos em que a família e a escola estiveram envolvidas, devemos ter claro que, sempre como pano de fundo, esteve presente uma ideologia subordinada ao sistema produtivo capitalista.

Desta forma a aproximação da escola e da família poderá ser possível quando essas instâncias tiverem oportunidade de pensar e materializar suas idéias, participando como sujeitos e não como meios para projetos, tendo como função primordial atualizar e construir o saber historicamente acumulado, por meio de um projeto que alcance a todos, buscando a humanização do ser e expandindo suas possibilidades de influir na construção de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, A. A. A escola regional de Meriti – uma tentativa de escola moderna. In: COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). **I Conferência Nacional de Educação** – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, A. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE, 1930. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1930.

ANDRADE, P. R. O problema dos repetentes na escola primária. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

ANGELIS, N.M. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). **I Conferência Nacional de Educação** – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

ARAGÃO, J. M. M. Assistência médica à infância escolar: cadernetas sanitárias. In: COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). **I Conferência Nacional de Educação** – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AVANCINE, Lino. A educação sanitária na escola. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

AZEVEDO, A. **O cortiço**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1984.

AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos pioneiros da educação nova. In: XAVIER, L. N. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

AZEVEDO, F. L. O problema dos repetentes. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. **O Estado num mundo em transformação**. Washington: World Bank, 1997.

BARRETO, L. P. DIA NACIONAL DOS PAIS NA ESCOLA, Brasília, 2003. **Teleconferência...** Brasília: MEC, 2003.

BASBAUM, L. **História sincera da República: de 1889 a 1930**. 2. Vol. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1968.

BATISTA, N, P. “**O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**” 3 ed. São Paulo. Consulta Popular, caderno n. 7, 2001.

BITTENCOURT, R. Psiquiatria infantil e saúde Escolar. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

BOARINI, M. L. **Unidades básicas de saúde: uma extensão da escola pública?** Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade de São Paulo, 1993.

BOISSON, M. O. **O problema dos repetentes nas escolas primárias**. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRAGA, E. A escola na cruzada antialcoólica. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, v. III, n. 1 a 9, p. 271-276, jan. /set. 1930.

BRAGA, E. Os elementos psycho-sociológicos nos programmas de ensino. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, p. 3-16, jan./fev. 1931.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon/Minter, 1986.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon/Minter, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: MEC, 1989.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Dia nacional da família na escola – 24/04/2001. **Teleconferência...** Brasília, DF: TV Executiva/MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças**. [Brasília, DF; 2001?]

BRASIL. Ministério da Educação. Dia nacional da família na escola – 17/05/2002. **Teleconferência...** Brasília, DF: TV Executiva/MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Dia nacional da família na escola – 20/05/2002, 18:00. **Notícias...** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasld.asp?id=2282>>.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – 21/02/2005, 15:00**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticiaimpressao.php?idnoticia=108>>

CALDAS, M. A hygiene mental no Brasil. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, v. III, n. 3, p. 69-77, mar., 1930.

CALDAS, M. Os archivos brasileiros de hygiene mental. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, p. 2, out., 1929.

CAMARGO, L. F. Os repetentes nas escolas primárias. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

- CANEVACCI, M. **Dialética da Família**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira**, a base de tudo. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.
- CASTRO, A. Discurso da senhorinha Antonietta de Castro. **Archivos brasileiros de higiene mental**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, p. 141, out., 1929.
- CENPEC – Centro de estudos e pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Coleção amigos da escola** - v. 01 a 07. São Paulo, 1999.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1º ed. São Paulo: Centauro, 2002.
- FAUSTO, B. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- FERREIRA, C. L. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HIGIENE, 1930. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1929.
- FERREIRA, N. **Cidadania**: uma questão para a educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan. /jun. 1998.
- FONTENELLE, J. P. Higiene mental e educação. **Archivos brasileiros de higiene mental**. Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p.1-10, jan./jun., 1925.
- GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.
- GARBAR, C & THEODORE F. **Família mosaico**. São Paulo: Augustus, 2000.
- GENTILI, P. A. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposições na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, R.J: Vozes. 1998.
- GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Higienismo e Eugenia – 2000. **A educação e os pressupostos do higienismo e da eugenia**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/buscaoperacional/detalhelinha.jsp?grupo=0329708ASC77ID&sequencia=1>>. Acessado em 19/01/2005.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOODE, J. W. **A Família**. São Paulo: Pioneira, 1970.
- GROSSI, E. P.; BORDINI J. **Paixão em aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Porto Alegre, RS: Globo, 1977.

HERRERA, J. R. **Educação e exclusão na América Latina**: reformas em tempos de globalização. Brasília: Universa, 2000.

HORTA, J. S. B. A Constituinte de 1934: comentários. In: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 2. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2001.

IBGE. **Vou te contar**: revista do senso 2000. Rio de Janeiro, n. 6, jan., 2002a.

IBGE. **Vou te contar**: revista do senso 2000. Rio de Janeiro, n. 7, ago., 2002b.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

LBHM. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, 1929.

LBHM. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, Ano V, n. 1, 1932.

LBHM. PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** V. II, 1942

LEÃO, C. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1930. **Anais...** [S.l.: s.n.,] 1929.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES, E. Resenhas e analyses. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, p. 167-191, jan./jun., 1925a.

LOPES, E. Os meios de acção na campanha pela hygiene mental. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, p. 151-164, jan. /jun., 1925b.

LOPES, E. Alguns apontamentos sobre a actividade assistencial paramanicomial. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 1, p.163-168, mar., 1934.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12º ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

LUZ, M. T. **Medicina e ordem política brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANDEVILLE, B. **La fabula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública**. México: Fondo de cultura económica, [s.d.].

MARCONDES, D. Contribuição para o Estudo do problema dos repetentes na escola primária. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

MARX K.; Engels, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 8. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

MARX K. **O capital**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

MOREIRA, J. A contribuição de higiene mental no 2º Congresso Brasileiro de Higiene. **Archivos brasileiros de higiene mental**. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, p.109-115, jan. /jun., 1925.

NOGUEIRA, M A. In: BRASIL. Ministério da Educação. Dia nacional da família na escola – 24/04/2001. **Teleconferência...** Brasília, DF: TV Executiva/MEC, 2001.

OLINTO, P. Higiene Mental nos Meios Escolares. I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

OLINTO, P. Sentimento de inferioridade em higiene mental. **Archivos brasileiros de higiene mental**. Rio de Janeiro, v. VII, n.1, p.120-123, jan. /mar., 1934.

OLIVEIRA, W. **Formação de hábitos sadios nas creanças**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1929.

PENAFIEL, Carlos. O elemento psychico no trabalho humano. **Archivos brasileiros de higiene mental**. Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, p. 11-23, jan. /jun., 1925.

PENNA, B. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, D. R.; SCHMIDT, M. A. (Orgs.). **I Conferência Nacional de Educação** – Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

PERNAMBUCO, U. Formação de hábitos sadios nas crianças. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1929.

RADECKI, W. Higiene mental da creança. **Archivos brasileiros de higiene mental**. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, p.11-89, jan. /jun. 1925.

REZENDE, G. Patronato dos egressos dos manicômios. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, p. 64-67, out., 1929.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, M. P. Revisando a inclusão sob a ótica da globalização: duas leituras e várias conseqüências. In: SILVA, H. L. **A escola cidadã no contexto da globalização**. 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

SAYÃO, R. In: BRASIL. Ministério da Educação. Dia nacional da família na escola – 17/05/2002. **Teleconferência...** Brasília, DF: TV Executiva/MEC, 2002.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar. 1962.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SPINOLA, C. **O valor da saúde**. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1929.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, G. H. P. Tema VIII. I CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, São Paulo, 1941. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1942.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação**: escola progressiva ou a transformação da escola. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

TERCEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1926. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1929.

THÉODORIDES, J. **História da Biologia**. Lisboa: Edições 70, 1965.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1994.

VIANNA, R. Os rumos da medicina social. **Archivos brasileiros de hygiene mental**. Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, p.175-185, jul. /dez., 1925.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.